

**ATÉ A VÉSPERA:
O TRABALHO ESCRAVO E A PRODUÇÃO DE AÇÚCAR
NOS ENGENHOS DO RECÔNCAVO BAIANO
(1850-1881)***

*B. J. Barickman***

Aos 12 dias de maio de 1888, os oficiais de justiça de São Francisco do Conde, um município canavieiro localizado no Recôncavo baiano, reuniram-se para partilhar o espólio do recém-falecido Francisco Vicente Viana, que, com sua esposa, era proprietário de um patrimônio com um valor bruto de Rs. 147:593\$008 (147 contos, 593 mil e 8 réis). O patrimônio incluía o Engenho Dom João, que ocupava 534 tarefas de terras (233 ha) no mesmo Município de São Francisco do Conde e que contava com o serviço de 38 cativos. Uma vez descontadas as dívidas e as demais obrigações do casal, o valor líquido do espólio era bem menor; mal chegava a Rs. 45:344\$000. Ao partilharem o patrimônio de Viana, os oficiais de justiça seguiram à risca o direito brasileiro: deram à sua viúva, D. Luísa Flora Bulcão Viana, bens e dinheiro cujo valor correspondia exatamente à metade do montante líquido do patrimônio do casal. Deram-lhe ainda outros bens e dinheiro no valor de Rs. 82:989\$068 para que saldasse dívidas do casal e pagasse os custos do inventário. Entre os bens que tocaram a D. Luísa constavam quase 287 tarefas (131 ha) de terras e a casa-grande no Engenho Dom João, a casa de moendas e as outras instalações para o fabrico de açúcar, móveis domésticos, gado, ferra-

Este artigo é uma versão revista de um artigo originalmente publicado com o título "Persistence and decline: slave labour and sugar production in the Bahian Recôncavo, 1850-1888" no *Journal of Latin American Studies*, 28.3 (1996), pp. 581-633. O autor agradece a Ana Maria Lugão Rios, Donna Guy, Epifânia Firmo de Assis Neta, José e Tercina Vergolino, Joseph Love, Judith Allen, Laura Tabili, Marcus Carvalho, Rebecca Scott, Stuart Schwartz, pelos comentários e sugestões e pela ajuda na localização de fontes. Um agradecimento especial a Suzanne Wilson, pela ajuda em fotocopiar o censo de 1872.

Professor do Departamento de História da Universidade do Arizona.

mentas e canaviais já plantados. D. Luísa também recebeu todos os 38 escravos do casal, que foram avaliados em Rs. 23:200\$000.¹

É desnecessário lembrar que, no dia seguinte, o 13 de maio de 1888, a princesa Isabel, como regente, sancionou a chamada Lei Áurea que, depois de mais de três séculos, aboliu a escravidão no Brasil. De um dia para o outro, a lei diminuiu em mais de 100% o valor líquido da meação de D. Luísa. Sem dúvida, os oficiais de justiça e D. Luísa acreditavam que a abolição viria acompanhada de algum tipo de indenização para recompensar os ex-senhores pela perda de sua propriedade servil. No entanto, nem a lei de 13 de maio de 1888 nem a legislação posterior compensaria os antigos proprietários de escravos.²

Quatro meses depois, na semana de 17 de setembro de 1888, já começara a safra no Engenho da Cruz, que pertencia ao recém-falecido barão do Iguape e que distava uns 40 km do Engenho Dom João. Luís Rodrigues Dultra, o genro e inventariante do barão, encontrou-se naquela semana em uma situação que, sem dúvida, lhe pareceu inteiramente nova: sem poder contar com a mão-de-obra escrava, teve de

¹ Inventário do Barão de Viana (1875). Arquivo Público do Estado da Bahia. Seção Judiciária, Inventários e Testamentos. Sem explicação e aparentemente por erro, acha-se anexa a este inventário a partilha de espólio de Francisco Vicente Viana, um parente do barão de Viana (cujo nome também era Francisco Vicente e que tinha um filho com o mesmo nome). O documento, entretanto, não inclui as avaliações correspondentes à partilha. D. Luísa também recebeu em dinheiro o valor de quatro escravos que se alforriaram depois da morte de seu marido.

Nas notas subsequentes, utilizam-se as abreviaturas seguintes: APEB, Arquivo Público do Estado da Bahia; SH, Seção Histórica; SJ, Seção Judiciária; IT, Inventários e Testamentos; ARC, Arquivo Regional de Cachoeira (Cachoeira, BA); inv(s), inventário(s); BN-s/m, Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro), Seção de Manuscritos; pres., presidente da Província da Bahia; Câm., Câmara; G. B., Grã-Bretanha; FO, Foreign Office; DCR, Diplomatic and Consular Reports. Ao citar as *Fallas e Relatórios* publicados dos presidentes e vice-presidentes da Bahia, forneço nas notas um título abreviado (*Falla* ou *Relatório*, conforme o caso), seguido, entre parênteses, do ano e do sobrenome do presidente ou vice-presidente. Cito os relatórios dos cônsules britânicos em Salvador publicados nos *Accounts and Papers (A&P)* dos *Parliamentary Papers* da Câmara dos Comuns da maneira seguinte: A&P (ano), número do volume, número da página.

² Sobre a questão da compensação, ver Eduardo Silva, "O grande impasse: a indenização", in Américo Jacobina Lacombe, Eduardo Silva e Francisco de Assis Barbosa (orgs.), *Rui Barbosa e a queima dos arquivos* (Rio de Janeiro, FCRB, 1988), pp. 41-46. De uma maneira mais geral, sobre a história política do abolicionismo e da abolição no Brasil, ver Robert Conrad, *The destruction of Brazilian slavery, 1850-1888*, Berkeley, University of California Press, 1972 e José Murilo de Carvalho, *Teatro de sombras: a política imperial*, São Paulo, Vértice; Rio de Janeiro, IUPERJ, 1988, cap. 2.

pagar por todo o serviço feito na propriedade. Entre salários e jornais, desembolsou um total de Rs. 124\$560, pagos a pelo menos 45 trabalhadores (entre eles, certamente, alguns escravos recém-libertos) que se ocuparam naquela semana do corte da cana, do fabrico do açúcar e de outros serviços. Ao todo, a safra de 1888-89 custaria ao Engenho da Cruz mais de Rs. 2:800\$000 em salários e jornais. Os resultados, entretanto, seriam no mínimo decepcionantes, pois, naquela primeira safra depois da abolição, a propriedade do barão produziu apenas 21.300 kg de açúcar e 13 pipas (6.466 litros) de mel, com um valor de Rs. 2:532\$544. A safra nem cobriu as despesas com a mão-de-obra. Além disso, rendeu menos de 10% da quantidade de açúcar que, com toda a probabilidade, o Engenho da Cruz teria produzido em um bom ano em meados da década de 1850.³ As relações de despesas também indicam que a propriedade do barão não conseguiu cumprir suas obrigações contratuais junto à Bahia Central Sugar Factories Limited, uma empresa britânica que operava o Engenho Central do Iguape, a pouca distância do Engenho da Cruz. De acordo com um contrato assinado em 1882, o barão comprometera-se a entregar anualmente 1.500 toneladas de cana à empresa.⁴ Mas, na safra desastrosa de 1888-89, o Engenho da Cruz entregou apenas 378.107 kg de cana. Cem anos depois, quando pouco

³ Inv. do Barão de Iguape (1888), APEB, SJ, IT. Em 1853, o Engenho da Cruz tinha uma população residente de 128 escravos. Inv. de Tomé Pereira d'Araújo (1853), ARC, IT. Para os engenhos do Recôncavo, fontes de meados da década de 1850 indicam uma produção média de 90 a 135 arrobas (1.327 a 1.991 kg) de açúcar por ano por escravo residente. Ver B. J. Barickman, *A Bahian counterpoint: sugar, tobacco, cassava and slavery in the Recôncavo, 1780-1860*. Stanford, Stanford University Press, 1998, p. 143. Assim, pode-se estimar a produção anual do Engenho da Cruz na década de 1850 entre 170,0 e 254,8 toneladas de açúcar. Dado que a propriedade se localizava na Freguesia de Santiago do Iguape, que, desde o fim do século XVIII, era consistentemente descrita como área excepcionalmente fértil e especialmente adequada à cana-de-açúcar, utilizo no texto uma produção anual de 240 toneladas. Sobre o Iguape, ver *ibid.*, caps. 5 e 6. Note-se também que, no Recôncavo, a safra em parte coincidia com a época do plantio; por isso, entre os salários pagos pelo inventariante do barão, durante a safra de 1888-89, também estavam os de trabalhadores ocupados no plantio da cana e em outros serviços.

⁴ Uma cópia impressa do contrato acha-se in APEB, SH, 4596. Sua validade era de três safras contadas a partir da abertura do engenho central, que, depois de várias demoras, teve lugar em agosto de 1886 para a safra de 1886-87. Ver Francisco Marques de Goes Calmon, *Vida econômico-financeira da Bahia. elementos para a história de 1808-1889* (1925), 2ª ed. Salvador: CPE, 1979, p. 105. Sobre os engenhos centrais na Bahia, ver também Eul-Soo Pang *O Engenho Central do Bom Jardim na economia baiana: alguns aspectos de sua história 1875-1891*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional/Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, 1979.

além de ruínas restava das casas de moendas e caldeiras, outrora imponentes, dos engenhos da Cruz e Dom João, as comemorações do centenário da abolição no Brasil levaram à publicação de dezenas de livros e artigos sobre a escravidão e a transição do regime servil ao trabalho livre. Os estudos publicados muitas vezes inovaram nas questões levantadas ou nas interpretações avançadas, e todos contribuíram para aprofundar nosso conhecimento sobre a escravidão e a abolição no Brasil. Mas o surto editorial da década de 1980 deixou quase completamente de lado a transição para a mão-de-obra livre nas áreas rurais da Bahia. Com raras exceções, nem mesmo o Recôncavo baiano mereceu maiores atenções nos livros e artigos publicados na década do centenário.⁵ A falta de estudos sobre o declínio da escravidão no Recôncavo ou na Bahia como um todo não pode ser descartada simplesmente como mais uma lacuna, entre tantas outras, numa historiografia sobre o fim do regime servil que já se pode considerar rica e bem desenvolvida. O Recôn-

⁵ Entre os principais estudos publicados desde 1980 sobre a escravidão na Bahia estão: Manuela Carneiro da Cunha, *Negros estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo. Brasiliense, 1985; João José Reis, *Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos malês (1835)*. São Paulo. Brasiliense, 1986; Maria Inês Côrtes de Oliveira, *O liberto, o seu mundo e os outros*. Salvador, 1790/1860, São Paulo, Corrupio, 1988; Maria José de Souza Andrade, *A mão-de-obra escrava em Salvador, 1811-1860*. São Paulo. Corrupio, 1988; Hendrik Kraay, "'As terrifying as unexpected'. the Bahian Sabinada, 1837-1838", *Hispanic American Historical Review*, 72: 4 (1992), pp. 501-527; e Mieko Nishida, "Manumission and ethnicity in urban slavery: Salvador, Brazil, 1808-1888", *Hispanic American Historical Review*, 73: 3 (1993), pp. 361-391. Todos enfocam sobretudo a escravidão na Cidade de Salvador. Do mesmo modo, as seções relativas à escravidão em Katia M. de Queirós Mattoso, *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1992 tratam quase exclusivamente de Salvador. Os dois únicos estudos recentes dedicados à abolição na Bahia, ainda não publicados são de Dale Graden, "From slavery to freedom in Bahia, Brazil, 1791-1900" (Doutorado. University of Connecticut, 1991), e Jailton L. Brito, "A abolição na Bahia, uma história política, 1870-1888" (Mestrado, UFBA, 1996). Principalmente voltado para a campanha abolicionista e para questões de resistência escrava, o importante estudo de Graden não analisa em detalhe o emprego da mão-de-obra servil na segunda metade do século XIX, ou a transição para o trabalho livre. A este respeito, mais esclarecedores são os breves comentários de Rebecca Scott, "Defining the boundaries of freedom in the world of cane: Cuba, Brazil, and Louisiana after emancipation", *American Historical Review*, 99: 1 (1994), pp. 91-98. Ver também J. H. Galloway, "The last years of slavery on the sugar plantations of Northeastern Brazil", *Hispanic American Historical Review*, 61: 4 (1971), pp. 586-605; e Robert Wayne Slenes, "The demography and economics of Brazilian slavery: 1850-1888" (Doutorado, Stanford University, 1975). caps. III-IV e pp. 367-368. Infelizmente não tive acesso à dissertação de Jailton L. Brito a tempo de discuti-la aqui.

cavo, um centro importante da produção de açúcar e de fumo, foi um dos berços da *plantation* escravista nas Américas. No começo do século XIX, a região ostentava uma economia agrícola próspera e variada, que se baseava, em grande parte, na mão-de-obra escrava e cuja produção era destinada a mercados externos e locais. Mais do que isso, mesmo em 1872-73, a Bahia ainda tinha a terceira maior população servil do Brasil; ou seja, mais escravos ali moravam e trabalhavam do que na tão estudada província cafeeira de São Paulo.⁶

Aqui não se pretende oferecer uma análise exaustiva do declínio da escravidão e da transição para a mão-de-obra livre na Bahia. Antes, os propósitos deste artigo são bem mais modestos: examina-se a produção de açúcar na Bahia, dando atenção especial à força de trabalho empregada nos engenhos dos distritos canavieiros mais tradicionais e mais ricos do Recôncavo, entre 1850-51 (o fim do tráfico negreiro), e a abolição (1888). Os dados aqui apresentados indicam um contraste marcante entre o Recôncavo e as demais regiões açucareiras do Nordeste, sobretudo a Zona da Mata de Pernambuco. Segundo argumentos já consagrados na historiografia, a passagem do trabalho escravo para a mão-de-obra livre nos engenhos da Zona da Mata foi um processo gradual e, do ponto de vista dos proprietários, relativamente fácil. Os senhores de engenho pernambucanos conseguiram, a partir da década de 1850, transformar a grande massa de homens e mulheres livres e pobres em uma fonte abundante de mão-de-obra barata. Já no começo da década de 1870, os trabalhadores livres de um ou outro tipo eram mais numerosos do que os escravos. Desta maneira, os senhores de engenho pernambucanos lograram aumentar a produção de açúcar na segunda metade do século XIX, apesar do declínio da população cativa e das condições desfavoráveis ao açúcar brasileiro no mercado mundial. A abolição, quando veio em 1888, ocorreu sem transtornos e marcou “simplesmente o fim de um longo processo” que, desde o início da década de 1870, já se achava bem adiantado.⁷

⁶ Sobre o Recôncavo no período colonial e na primeira metade do século XIX, ver Stuart B. Schwartz, *Sugar plantations in the formation of Brazilian society: Bahia, 1550-1835*. Cambridge, Cambridge University Press, 1985, e Barickman, *A Bahian counterpoint*.

⁷ Ver, por exemplo, Galloway, “The last years” (p. 587 para o trecho citado no texto); Peter L. Eisenberg, *The sugar industry in Pernambuco: modernization without change, 1840-1910*. Berkeley, University of California Press, 1974, Jaime Reis, “From banguê to

Ao contrário, a transição para a mão-de-obra livre nos engenhos do Recôncavo baiano não pode ser descrita como um processo gradual e muito menos como um processo que trouxe aos senhores de engenho apenas “um mínimo de inconveniências”.⁸ Como nos sugere a experiência de D. Luísa Flora Bulcão Viana no Engenho Dom João, os senhores ricos dos distritos canavieiros tradicionais do Recôncavo, na década de 1880, ainda empregavam número considerável de escravos. E, como nos sugere a experiência de Luís Rodrigues Dultra, no Engenho da Cruz, a estagnação caracterizou a exportação de açúcar durante as últimas décadas da escravidão: a abolição em si coincidiu com uma queda dramática e duradoura da exportação. Aqui se propõe a hipótese de que as alternativas são um elemento importante para explicar, tanto o declínio absoluto no volume das exportações baianas de açúcar, como também a persistência da mão-de-obra servil nos engenhos do Recôncavo: por um lado, as alternativas à produção de açúcar para um segmento significa-

usina: social aspects of growth and modernization in the sugar industry of Pernambuco, Brazil, 1850-1920”, in Kenneth Duncan e Ian Rutledge (orgs.), *Land and labour in Latin America* (Cambridge, Cambridge University Press, 1977), pp. 369-396; Manuel Correia de Andrade, “Transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Nordeste açucareiro, 1850-1888”, *Estudos Econômicos*, 17, 1 (1983), pp. 71-83; Evaldo Cabral de Melo, *O Norte agrário e o Império*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984, pp. 21-28; Martha Knisely Huggins, *From slavery to vagrancy in Brazil: crime and social control in the Third World*, (New Brunswick, Rutgers University Press, 1985, esp. cap. 2 e pp. 115-116; Pedro Eugênio Toledo Cabral, “Tempo de morada - A constituição do mercado de trabalho semi-assalariado na lavoura canavieira pernambucana”, in Yony Sampaio (org.), *Nordeste rural: a transição para o capitalismo* (Recife, UFPE, 1987), pp. 17-56; Guillermo Palacios, “Campeinado e escravidão: uma proposta de periodização para a história dos cultivadores pobres livres no Nordeste oriental do Brasil, c. 1700-1875”, *Dados*, 30, 3 (1987), pp. 345-353; João Luís Fragoso, “A economia brasileira no século XIX: mais do que uma *plantation* escravista-exportadora”, in Maria Yedda Linhares (org.), *História geral do Brasil*, 3ª ed. (Rio de Janeiro, Campus, 1990), pp. 152-160; Scott, “Defining the boundaries”, pp. 91-98; e Celso Furtado, *Formação econômica do Brasil*, 18ª ed., São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1982, pp. 138-139. Como deve estar evidente a partir das referências citadas aqui, vários são os que já examinaram a passagem da mão-de-obra escrava para o trabalho livre nos engenhos da Zona da Mata pernambucana e seus argumentos têm uma aceitação ampla na historiografia. Claro está que pesquisas futuras sobre municípios ou engenhos específicos talvez venham matizar ou alterar aqueles argumentos. Na verdade, a transição em Pernambuco está a pedir investigações mais aprofundadas, que levem em conta questões culturais e sociais do tipo das que são abordadas na literatura mais recente sobre o Sudeste. Mas, precisamente porque este artigo enfoca o Recôncavo baiano, não tento aqui questionar argumentos estabelecidos sobre Pernambuco; antes, tomo-os como um ponto de partida.

⁸ Eisenberg, *The sugar industry*, p. 225 (referindo-se à passagem para o trabalho livre nos engenhos pernambucanos).

tivo dos proprietários baianos e agricultores livres de um modo mais geral; e, por outro lado, as alternativas ao trabalho na indústria açucareira para uma parte substancial da população livre e pobre do Recôncavo.⁹

Os dados referentes ao Recôncavo baiano têm implicações ainda maiores. Tendem, por exemplo, a apoiar os argumentos que destacam a relação entre a terra e o regime de trabalho. A distribuição da propriedade fundiária e a disponibilidade relativa de terra e da mão-de-obra teriam, em grande medida, determinado se os proprietários nas diversas regiões do Brasil continuariam a empregar sobretudo o trabalho escravo nas últimas décadas antes da abolição, **como também se eles poderiam contar com uma oferta suficiente de mão-de-obra livre nos anos que se seguiram imediatamente à abolição.**¹⁰ Mas, ao mesmo tempo, sugerem que os argumentos que dão ênfase às relações regionalmente específicas entre mão-de-obra e terra também precisam levar em conta os mercados, tanto externos como internos. Esses mercados influíam na demanda de mão-de-obra entre os grandes proprietários: também con-

⁹ Aqui, utilizando um corpo maior de evidências, tento combinar e expandir duas hipóteses distintas sugeridas por Galloway, p. 604; e Scott, p. 97.

¹⁰ Vários estudos sobre Pernambuco, citados na nota 7, atribuem importância à distribuição da propriedade fundiária e às disponibilidades relativas de terras e da mão-de-obra. Ver também, José de Souza Martins, *O cativo da terra*, 2ª ed., São Paulo, Ciências Humanas, 1981, Eustáquio J. Reis e Elisa P Reis, "As elites agrárias e a abolição da escravidão no Brasil". *Dados*, 31: 3 (1988), pp. 309-341, Nancy Naro, "Customary rightholders and legal claimants to land in Rio de Janeiro, Brazil, 1870-1890", *The Americas*, 48: 4 (1992), pp. 485-517; Idem, "Revision and persistence: recent historiography on the transition from slave to free labour in rural Brazil". *Slavery and Abolition*, 13: 2 (1992), p. 75; e, para fins comparativos, Sidney W. Mintz, "Slavery and the rise of peasantries", *Historical reflections/Réflexions historiques*, 6 (1979), pp. 213-242; e Herbert S. Klein e Stanley L. Engerman, "The transition from slave to free labor: notes on a comparative model", in Manuel Moreno Fraginals, Frank Moya Pons e Stanley L. Engerman (orgs.), *Between slavery and free labor: the Spanish-speaking Caribbean in the nineteenth century* (Baltimore, John Hopkins University Press, 1985), pp. 255-269, esp. pp. 257-258. As discussões sobre a escravidão e a transição para o trabalho livre na agricultura de *plantation* que dão destaque ao regime fundiário e às disponibilidades relativas da terra e da mão-de-obra derivam-se direta ou indiretamente dos argumentos propostos, já no século XIX, por Edward Gibbon Wakefield, *England and America...* 2 vols. Londres, Richard Bentley, 1833 e *A view of the art of colonization...* introd. James Collier (1849; Oxford, The Clarendon Press, 1914); e por Herman Merivale, *Lectures on colonization and colonies...*, 1861, Londres, Humphrey Milford, 1928. Na historiografia recente da escravidão no Brasil, as primeiras referências explícitas aos argumentos de Wakefield provavelmente foram feitas no artigo de Amílcar Martins Filho e Roberto B. Martins, "Slavery in a nonexport economy: nineteenth-century Minas Gerais revisited", *Hispanic American Historical Review*, 63: 3 (1983), pp. 537-568.

tribuíam, conforme o caso, para aumentar ou restringir as alternativas ao trabalho na agricultura de *plantation* para os ex-escravos e para o restante da população livre e pobre.

Além disso, esses dados referentes ao Recôncavo também sugerem a necessidade de reconsiderar e matizar as interpretações atualmente predominantes sobre a transição para a mão-de-obra livre na agricultura de *plantation* no Brasil. Qualquer que seja o enfoque regional, essas interpretações, como observa Nancy Naro, muitas vezes “realçam o modo gradual” pelo qual se teria dado a passagem do trabalho servil ao livre na grande lavoura; também tendem a “ênfatizar a continuidade” em vez da mudança, ou qualquer “ruptura violenta com o passado”.¹¹ Mas, nos engenhos do Recôncavo, foi a mudança brusca, muito mais do que a continuidade, que marcou o fim do regime servil e os anos que se seguiram à abolição. É, onde a continuidade caracterizou efetivamente a transição para a mão-de-obra livre nas *plantations* brasileiras, deve-se procurar problematizar e tentar explicar essa continuidade. Por sua vez, os esforços no sentido de explicar a continuidade talvez revelem mudanças menos visíveis, mas, mesmo assim, significativas.¹² No entanto, e mais do que tudo, este artigo visa sobretudo a chamar a atenção para a necessidade de se aprofundar a pesquisa sobre o declínio da escravidão e transição para o trabalho livre não só no Recôncavo, mas na Bahia como um todo.

* * *

Um exame do comércio exportador de açúcar constitui um ponto de partida necessário para investigar a indústria açucareira baiana e o uso da mão-de-obra escrava feito por ela na segunda metade do século XIX; mais do que isso, também traz à tona contrastes importantes entre

¹¹ Naro, “Revision and persistence”, p. 68. Ver também José Luiz Werneck da Silva, “A Let Áurea revisitada”, *Neg:os brasileiros*, suplemento especial de *Ciência Hoje*, 8: 48 (1988), pp. 10-13, e Warren Dean, “The Brazilian economy, 1870-1930”, in Leslie Bethell (org.), *The Cambridge history of Latin America*, 11 vols. (Cambridge, Cambridge University Press, 1984-95), vol. V, p. 704. Ver também Scott, pp. 93-98, esp. p. 96: Maria Helena Machado, *O plano e o pânico. os movimentos sociais na década da abolição*, Rio de Janeiro, EDUF RJ; São Paulo, EDUSP, 1994, p. 18.

¹² Sobre esta questão, ver Scott, “Defining the boundaries”, p. 96

a Bahia e Pernambuco. Desde os primórdios do período colonial, a Bahia e Pernambuco destacavam-se como os centros mais importantes da produção de açúcar no Brasil. Entre 1796 e 1807, a Bahia por si só contribuiu com cerca de 40% de todas as exportações brasileiras de açúcar; Pernambuco foi, por sua vez, responsável por mais ou menos 25%.¹³ A maior parte do açúcar que a Baía exportava no início do século XIX provinha dos distritos canavieiros mais tradicionais do Recôncavo: ou seja, as vilas e freguesias localizadas ao norte da Baía de Todos os Santos, onde se achavam mais de 75% dos 315 engenhos em 1818. Na época, a Zona da Mata pernambucana continha um número pelo menos igual, talvez até maior, de engenhos.¹⁴ Tanto na Bahia como em Pernambuco, a exportação de açúcar conheceu uma expansão significativa, embora nem sempre constante, na primeira metade do século XIX. O volume das exportações na Bahia, por exemplo, aumentou em quase 400% entre fins do século XVIII e a década de 1850: enquanto em 1796-1800 em média, não passava de 10.732 toneladas de açúcar por ano, alcançaria quase 53.000 toneladas em 1851-55 — apenas umas 4.000 toneladas a menos do que a média pernambucana no mesmo quinquênio.¹⁵

Entretanto, surgiriam, na segunda metade do século XIX, problemas graves para os produtores de açúcar da Bahia, de Pernambuco e

¹³ José Jobson de A. Arruda, *O Brasil no comércio colonial*, São Paulo, Ática, 1980, pp. 360-361, 375-376 (exportações de açúcar branco e mascavo). Note-se que, nos anos 1796-1807, o Rio de Janeiro momentaneamente ultrapassou Pernambuco como exportador de açúcar.

¹⁴ Barickman, *A Bahian counterpoint*, pp. 13, 40-41; Eisenberg, *The sugar industry*, pp. 15-17, 241-245.

¹⁵ As principais fontes de informação sobre as exportações baianas de açúcar utilizadas neste estudo são, para 1780-1860, Barickman, *A Bahian counterpoint*, pp. 33-41, para 1861-81, CPE (Centro de Planejamento e Pesquisas), *A inserção da Bahia na evolução nacional Iª etapa: 1850-1889; a Bahia no século XIX*, 5 vols., Salvador, CPE, 1978, vol. 2, p. 25 e vol. 4, p. 101 para 1882-8. *A&P* (1884) vol. 35, p. 1620; *Ibid.* (1884-5), vol. 35, p. 1656; e GB, FO, *Report for... 1885-89 on... Bahia*, DCR, nº 793 (Londres, HMSO, 1890), p. 2, c. para 1889-1930. István Jancsó, "As exportações da Bahia durante a República Velha (1889-1930): considerações preliminares" in Frédéric Mauro (org.), *L'histoire quantitative au Brésil de 1800 à 1900* (Paris, CNRS, 1973), p. 356. Informações sobre as exportações em Pernambuco (1836-1910) e sobre a produção (1801-1910) na mesma província encontram-se em Eisenberg, *The sugar industry*, pp. 15-17. Também convém notar que as autoridades baianas no século XIX calculavam as exportações por ano fiscal (por exemplo, 1875-76). Aqui, entretanto, para não onerar o texto e para facilitar as comparações com os dados de Eisenberg, converti os anos fiscais em anos calendares, citando, por exemplo, 1875-76 como 1876.

de outras províncias nordestinas. O fim do tráfico em 1850-51 resultou no declínio demográfico, a longo prazo, da população servil no Brasil. No Nordeste, a escassez cada vez maior de trabalhadores cativos foi agravada por um tráfico interprovincial que transferiu milhares de escravos para as províncias do Sudeste, onde a produção de café achava-se em franca expansão. Por outro lado, na segunda metade do século XIX, os produtores de açúcar nordestinos também se defrontavam com condições cada vez mais desfavoráveis no mercado mundial: a longo prazo, uma tendência à queda do preço internacional do açúcar; aumentava e intensificava-se a concorrência, sobretudo de áreas produtoras de açúcar mais novas, como Cuba; e tarifas protecionistas em vários países europeus restringiam as importações de açúcar brasileiro e fomentavam a produção de açúcar de beterraba.¹⁶

Não obstante, os senhores de engenho de Pernambuco e províncias vizinhas não só continuaram a cultivar a cana, como conseguiram aumentar sua produção. Tanto em Pernambuco como em Alagoas, as quatro décadas posteriores a 1850 viram um crescimento considerável no comércio exportador de açúcar. A média anual das exportações pernambucanas aumentou de menos de 57.000 toneladas em 1851-55 para quase 120.000 no quinquênio de 1886 a 1890. Igualmente, a produção de açúcar mais do que duplicou entre a década de 1850 e meados da década de 1890. A julgar-se pelas cifras sobre a produção anual de 1884-94, os senhores de engenho em Pernambuco não experimentaram maiores dificuldades em se adaptar ao fim da escravidão. Os dados sobre as exportações de açúcar de Alagoas, entre 1884 e 1894, levam à mesma conclusão.¹⁷

O comércio exportador de açúcar na Bahia, ao contrário, seguiu uma trajetória bem diferente na segunda metade do século XIX. A tendência a longo prazo não se caracterizou pelo crescimento e sim pela

¹⁶ Ver Slenes, "The demography", partes II-III (sobre o tráfico interprovincial e o declínio da população escrava depois de 1850); e Schwartz, *Sugar plantations*, cap. 13 e Barickman, *A Bahian counterpoint*, cap. 6 (sobre a demografia dos escravos nos engenhos baianos). Sobre as condições do mercado mundial para o açúcar brasileiro na segunda metade do século XIX, ver Eisenberg, *The sugar industry*, cap. 2.

¹⁷ Gaspar Peres e Apollonio Peres, *A indústria assucareira em Pernambuco*, 1915: ed. facsimilar, Recife, CEPE, 1991, pp. 109-110, 114; GB, FO, *Report for... 1894 on... Pernambuco*, DCR, nº 1547 (Londres, 1895), p. 39. Ver também Galloway, "The last years", p. 603.

estagnação e pelo declínio. Entre 1855 e 1888, a média das exportações girou em torno de 41.000 toneladas por ano; e o volume exportado naqueles anos em nenhum momento sequer se aproximou do pico alcançado em 1853, quando a Bahia despachou para o exterior mais de 64.000 toneladas.¹⁸ No final da década de 1880, a estagnação deu lugar ao colapso quase total. O cônsul britânico em Salvador exagerou apenas um pouco quando relatou a seus superiores em Londres que, em 1889, o primeiro ano depois da abolição, a Bahia não produziu açúcar para exportação. Na verdade, exportou tão-somente 1.685 toneladas de açúcar, um volume quase desprezível e equivalente a apenas 3% da média na primeira metade da década de 1850.¹⁹

As exportações baianas de açúcar nunca se recuperariam plenamente do colapso que sofreram em 1889. O comércio de açúcar, que durante séculos foi o principal sustentáculo da economia baiana, tornou-se tão insignificante que, em vários anos depois de 1891, os cônsules britânicos em Salvador deixaram de mencioná-lo nos relatórios que mandavam a Londres: reservaram seus comentários para o fumo, o café e o cacau, produtos que tinham então um peso significativo no comércio exportador baiano. De fato, entre 1891 e 1910, a Bahia exportou, em média, somente 8.483 toneladas de açúcar por ano — ou seja, apenas 20% da média provincial entre 1855 e 1888, e um volume muito inferior ao pico de 64.425 toneladas alcançado em 1853.²⁰

¹⁸ Galloway, *ibid.*, p. 603, apresenta um gráfico da “produção” de açúcar (exportações no caso da Bahia) em três províncias nordestinas. O gráfico indica, para 1884, um surto nas exportações baianas de açúcar, que teria superado o pico de 1853. A fonte de Galloway parece ser o relatório de 1884 do cônsul britânico em Salvador, que cita 74.600 toneladas como o volume de açúcar despachado do porto do Salvador “no ano de 1884”. O cônsul explicou que se referia ao ano calendar e não ao ano fiscal (1º de julho de 1883 a 30 de junho de 1884), que as autoridades provinciais utilizavam para as estatísticas oficiais (ver nota 15). Para o ano fiscal de 1883-84, o relatório do cônsul dá 50.372 toneladas. Ver *A&P* (1884-85), vol. 35, pp. 1641-1642, 1656. De qualquer maneira, mesmo se for válida a cifra de 74.600 toneladas, representará apenas um ano, o que, de maneira alguma, altera a tendência, a longo prazo, à estagnação e declínio.

¹⁹ GB, FO, *Report for... 1885-89 on... Bahia*, p. 2; Jaesó, “As exportações”, p. 356 (para as exportações em 1889). O relatório do cônsul e mais algumas fontes fornecem cifras maiores para o volume de açúcar exportado em 1889. Mas, como o cônsul observou (pp. 2, 4), essas cifras incluíam Sergipe, que regularmente exportava a maior parte de seu açúcar através de Salvador.

²⁰ Ver, por exemplo, GB, FO, *Report for... 1899 on... Bahia*, DCR, n° 2470 (Londres, HMSO, 1900); *Idem*, *Report for... 1903 on... Bahia*, DCR, n° 3256 (Londres, HMSO,

A partir da segunda metade da década de 1890, as condições cada vez mais adversas para o açúcar brasileiro no mercado mundial, sobretudo a perda do mercado norte-americano depois da Guerra Hispano-Americana, também acarretaram um declínio acentuado das exportações em Pernambuco e outras áreas do Brasil. Mas esse declínio não se compara ao colapso quase total da produção de açúcar na Bahia em 1888-89. Enquanto, em Pernambuco, o decréscimo nas vendas de açúcar para o exterior veio após mais de 40 anos de expansão, na Bahia, a queda dramática nas exportações em 1889 e, depois, sua recuperação lenta e parcial a partir de 1891, apenas prolongaram a agonia que caracterizava a indústria açucareira baiana desde meados da década de 1850. Além disso, mesmo em 1906-10, Pernambuco exportou duas vezes mais açúcar do que a Bahia. Os produtores de Pernambuco e de outros estados nordestinos também parecem ter tido um sucesso muito maior no mercado interno brasileiro. Por exemplo, entre 1901 e 1907, Pernambuco vendeu sete vezes mais açúcar do que a Bahia na praça do Rio de Janeiro, na época o maior centro urbano do país. E, de fato, as vendas do açúcar pernambucano para outros estados chegaram, em 1926-28, a uma média superior a 185.000 toneladas por ano — um aumento de quase 650% em relação ao quinquênio de 1897 a 1901. Também se constata o contraste entre as indústrias de açúcar baiana e pernambucana a partir do número de usinas. Enquanto 62 usinas existiam em Pernambuco em 1914, uma década mais tarde, em 1925, a Bahia contava com apenas 22, todas localizadas no Recôncavo setentrional. Das 22 usinas, cinco na época achavam-se fechadas.²¹

* * *

1904) Entre 1897 e 1910, o açúcar era responsável por apenas 3,4% do valor das exportações baianas, percentagem calculada a partir de Janesó, "As exportações", p. 348 (que não conseguiu informações sobre o valor das exportações de açúcar entre 1888 e 1896). Mesmo no início da década de 1920, durante a alta dos preços internacionais de açúcar que se seguiu ao fim da Primeira Guerra, as exportações baianas nunca superaram 40.000 toneladas. Ver também Michiel Baud e Kees Koonings, "Tobacco farmers and the development of commercial agriculture in Bahia, 1870-1930", comunicação ao XX Congresso da LASA (Guadalajara, México, abril de 1997), pp. 4-8.

²¹ Eisenberg, *The sugar industry*, pp. 15, 38; Paul Singer, *Desenvolvimento econômico e evolução urbana (análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife, 2ª ed. São Paulo, Nacional, 1977, pp. 312-313; Leonardo Guimarães Neto, Introdução a formação econômica do Nordeste*. Masangana, 1989, pp. 58-59; José Raimundo Vergolino, "A economia de Pernambuco no período de 1850-1900: uma interpretação" *Chô*, 14 (1993), pp. 104-116; Alexandre Crangier, *A canna de açúcar na Bahia*, Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, 1926, quadro da

As condições adversas no mercado mundial não bastam para explicar a estagnação e o declínio do comércio de açúcar baiano a partir de meados da década de 1850. Afinal, em outras áreas do Nordeste brasileiro também se fez sentir a mesma combinação de preços descendentes, tarifas protecionistas e concorrência internacional; e não há por que supor que essa combinação tivesse um impacto maior na Bahia do que, por exemplo, em Pernambuco ou Alagoas, onde as exportações experimentaram aumento entre 1850 e 1890.

Pelo menos em parte, deve-se atribuir o desempenho fraco das exportações baianas, na segunda metade do século XIX, a condições locais desfavoráveis, que reduziram as safras em certos anos. Por exemplo, uma praga conhecida como a “moléstia” atacou em fins dos anos 1860, mais de uma década antes de alcançar os canaviais da Zona da Mata pernambucana. Apareceu primeiro no sul do Recôncavo e dali logo se espalhou para os engenhos em toda a região. Contra a “moléstia”, todos os remédios mostraram-se inúteis; a única solução eficaz veio na década de 1870, quando se importaram novas variedades de cana mais resistentes.²² Pode-se ter uma idéia dos estragos a partir de uma relação dos engenhos que despacharam açúcar para os trapiches alfandegados de Salvador, em 1866-67 e 1867-68. Constam da relação menos de 40% dos engenhos do Recôncavo na época. Presumivelmente, foram tão minguadas as safras nos outros 390 engenhos que seus proprietários nem se deram ao trabalho de mandar açúcar para Salvador. A relação também indica que a “moléstia” fez seus maiores estragos nos municípios de Nazaré e Maragogipe, onde a lavoura canavieira vinha se

“Produção das usinas ...”, sem pág. Embora, ao que parece, os produtores pernambucanos tivessem muito mais sucesso do que os baianos nos mercados do Sudeste, também se defrontavam com dificuldades; e as vendas de açúcar pernambucano no mercado interno apenas em parte compensaram a perda dos mercados externos. Ver José César Gnaccarini, “A economia do açúcar: processo de trabalho e processo de acumulação”, in Sérgio Buarque de Holanda e Boris Fausto (orgs.), *História geral da civilização brasileira*, 11 vols. (São Paulo: DIFEL, 1960-84), tomo III, vol. 1, pp. 329-344; e Eisenberg, *The sugar industry*, pp. 25-29.

²² É extensa a documentação sobre a “moléstia”. Ver, por exemplo, “Representação dos agricultores da Vila de Nazaré... sobre a moléstia...” [1866?], BN-s/m, II-33, 28, 69; Bahia, Relatório (1868, Nascentes de Azambuja), p. 32; Idem, *Relatório* (1870, São Lourenço), p. 52; e *A&P* (1874), vol. 33, p. 684. Sobre a “moléstia” em Pernambuco, ver Eisenberg, *The sugar industry*, p. 33. O lapso de uma década talvez tenha dado aos senhores de engenho pernambucanos uma vantagem em lidar com a praga.

expandindo rapidamente desde o começo do século XIX. A praga certamente freou essa expansão e talvez a tenha revertido, pois, dos 214 engenhos em Nazaré e Maragogipe, apenas 14 (6,5%) despacharam açúcar para Salvador nas safras de 1866-67 e 1867-68.²³ Foi, sem dúvida, golpe dos mais severos para muitos proprietários de engenhos recém-estabelecidos nos dois municípios.

O clima também contribuiu, em alguns anos, para a queda das exportações baianas de açúcar. Por exemplo, as secas que periodicamente assolam o sertão nordestino às vezes — se bem que, via de regra, com menos rigor — também se faziam sentir no Recôncavo. Foi certamente esse o caso no final da década de 1850. Em 1925, o historiador baiano Francisco Marques de Góes Calmon qualificaria a seca de 1857-61 como uma das piores da história da província.²⁴ Efetivamente, coincidiu com ela uma queda repentina, embora temporária, de mais de 50% das exportações de açúcar.

À seca de 1857-61 outras se seguiriam, mas nenhuma parece ter tido um impacto tão devastador quanto a de 1888-91. Justamente no momento em que os senhores de engenho tiveram, pela primeira vez, que organizar a produção exclusivamente na base da mão-de-obra livre, o Recôncavo experimentou uma falta quase total de chuva. No primeiro ano, a safra no Engenho da Cruz, do recém-falecido barão do Iguape, rendeu apenas 21.300 kg de açúcar, enquanto na praça de Salvador virtualmente se paralisou a exportação de açúcar. Embora seja impossível distinguir os efeitos da seca daqueles decorrentes da abolição, a documentação não deixa margem a dúvida: 1889 foi um dos piores anos

²³ “Relação dos Engenhos existentes na Provincia da Bahia cujos assuacares das ultimas saffras tem sido depositados nos Trapiches Alfândegados” (1869), BN-s/m, II-33, 72, 3. Aqui, baseando-me em um inquérito sobre os engenhos baianos de 1873, publicado em “Trabalho da Comissão [da Bahia]”, in *Informações sobre o estado da lavoura*, (Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1874) (daqui em diante citado como *Estado da lavoura*. [Bahia], tabela B, sem pág., tomo 635 como o número de engenhos operantes no Recôncavo. Para a localização dos engenhos arrolados na “Relação”, baseei-me na “Matrícula dos Engenhos da Capitania da Bahia ..” [1807-1874], APEB, SH, 642. Os engenhos constantes da “Relação” são identificados por seus nomes e pelos números que se lhes dão na “Matrícula” Sobre a expansão da produção de açúcar no sul do Recôncavo, ver Barickman, *A Bahian counterpoint*, pp. 39-40.

²⁴ Góes Calmon, *Vida econômico-financeira*, p. 72. Para uma cronologia da seca na Bahia no século XIX, ver Katia M. de Queirós Mattoso, *Bahia: a Cidade da Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo, HUCITEC, 1978, p. 343.

para a população rural do Recôncavo e para sua agricultura. A correspondência enviada pelas autoridades locais para o Governo Provincial retrata uma situação de miséria das mais extremas: as plantações arruinavam-se; escasseava a farinha de mandioca, mesmo em municípios que normalmente produziam excedentes do produto para o mercado regional; grassava a fome e até se registravam mortes provocadas pela falta de víveres; testemunhava-se a mortandade do gado; e, em todas as vilas e cidades da região, amontoavam-se um sem-número de flagelados que, desesperadamente, procuravam socorro. Para piorar a situação, em alguns distritos, a seca coincidiu com um surto de varíola e com uma praga de lagartixa.²⁵ Tudo isso deu-se não nos sertões distantes e semi-áridos da Bahia, mas no Recôncavo, uma região litorânea que geralmente se achava ao abrigo dos piores efeitos das secas.

Entretanto, nem a “moléstia” nem as secas são capazes de explicar completamente a tendência à queda que marcou as exportações de açúcar. Por mais severas que fossem e quaisquer que tenham sido seus efeitos cumulativos, as secas afetaram diretamente a produção de açúcar somente em anos específicos. Afinal, as chuvas voltaram depois de 1857-61, e a chamada cana caiana que a “moléstia” atacava foi substituída. Não obstante, a estagnação continuou. Do mesmo modo, ao fim da seca de 1888-91 seguiu-se apenas uma recuperação lenta e muito incompleta das exportações de açúcar.

Para mais de um observador contemporâneo, a explicação principal do declínio e colapso quase total da indústria açucareira baiana não se achava nem na “moléstia”, nem nas secas e sim na abolição: esta teria representado um “profundo abalo” para a produção de açúcar, por ter provocado a “desorganização” do trabalho agrícola. Grande número de ex-escravos teriam abandonado os engenhos; ou, onde permaneceram, recusavam-se a trabalhar sob as mesmas condições de antes da abolição. Assim, já em julho de 1888, um senhor de engenho de São Francis-

²⁵ Ver a documentação sobre a seca em APEB. SH. 1608. Em Salvador. o preço de um alqueire (36,27 litros) de farinha de mandioca mais do que duplicou entre 1888 e 1889: o preço em 1889 esteve 125% mais alto do que o preço médio de 1880-88. Aumentos calculados a partir de dados em K. M. de Queirós Mattoso, “Au Nouveau Monde: une province d’un Nouvel Empire: Bahia au XIX siècle” (Doctorat d’état, Université de Paris IV-Sorbonne, 1986), Anexos, pp. 445-461

co do Conde observou que, como resultado da abolição, “ainda não se pôde reorganizar os serviços nem da lavoura nem da casa”. Ainda previu que, dentro de um ano, “poderão as fábricas [i. é, engenhos] fechar as portas, porque ninguém no município tem podido plantar novas canas...” Doze anos depois, o secretário estadual de Agricultura, em seu relatório de 1900, declarou que, “Após a abolição da escravidão, a indústria açucareira caiu em desanimadora apatia, conseqüente da tremenda crise produzida pela escassez de mão-de-obra”.²⁶

Estes observadores, como István Jancsó corretamente assinala, ofereceram uma “explicação ideologicamente aceitável” dos problemas.²⁷ Em última instância, do ponto de vista conservador dos observadores que a endossaram, eram os ex-escravos os responsáveis. O argumento deixa de levar em conta outras mudanças na economia baiana e no mercado mundial. Este, na segunda metade do século XIX e sobretudo na década de 1890, apresentava condições cada vez menos favoráveis ao açúcar brasileiro.

Contudo, não se deve descartar como completamente inválidas estas observações contemporâneas. Embora elas nem de longe bastem para explicar a crise, sugerem que, no Recôncavo, ao contrário daquilo que sucedia na Zona da Mata de Pernambuco, era restrito o emprego de trabalhadores livres na indústria açucareira antes de 1888; ou seja, sugerem que a produção de açúcar no Recôncavo continuava a se basear sobretudo na mão-de-obra servil, mesmo na década de 1880.

* * *

Nesse caso, a nossa atenção deve voltar-se à população escrava do Recôncavo e a seu declínio após o fim do tráfico em 1850-51. Infeliz-

²⁶ Ver, por exemplo, Barão de Moniz Aragão para o pres. (10/7/1888), e Câmara de São Francisco do Conde para o pres. (25/5/1889), APEB, SH, 1436; Bahia, *Relatório* (1889, Machado Portella), p. 157; Idem, Secretaria de Agricultura, Viação, Indústria e Obras Públicas, *Relatório apresentado ao governador do Estado da Bahia...* Bahia, Diário da Bahia, 1901, p. 160; Marc Alfred, *Le Brésil: excursion à travers ses 20 provinces*, 2 vols. Paris, Charaire et Fils, 1890, vol. 1, pp. 311-312; Francisco Vicente Vianna, *Memoria sobre o Estado da Bahia*, Bahia, Diário da Bahia, 1893, p. 464; Miguel Calmon du Pin e Almeida, *O açúcar e o álcool na Bahia*, Rio de Janeiro, Cia. Typ. do Brasil, 1903, p. 3; Góes Calmon, *Vida econômica-financeira* p. 103; S. Fróes Abreu, *Alguns aspectos da Bahia*, Rio de Janeiro, Rodrigues & Co, 1926, p. 68.

²⁷ Jancsó, “As exportações”, p. 337

mente, não se dispõe de dados confiáveis para avaliar as mudanças globais nessa população entre 1850 e 1872, ano do primeiro censo nacional no Brasil. Mas tudo indica que ela jamais experimentou uma taxa de crescimento natural positiva, e teria sofrido um declínio significativo nas décadas que se seguiram ao fim do tráfico. Para esse declínio contribuíram os surtos de febre amarela e, ainda mais importante, a “grande epidemia” de cólera-morbo que assolou o Recôncavo em 1855. A epidemia parece ter sido especialmente severa na população não-branca da região, que, é claro, incluía os escravos.²⁸ O comércio interprovincial de escravos também acelerou o declínio da população servil do Recôncavo. Assim que se fecharam os portos brasileiros ao tráfico negreiro, os cafeicultores do Sudeste recorreram à Bahia e outras províncias nordestinas como fonte abastecedora de trabalhadores cativos. Já em março de 1852, o presidente da Bahia denunciava a “multidão de escravos que são diariamente exportados da província para o sul do Império”. No entanto, é impossível medir com precisão o impacto do tráfico interprovincial sobre a força de trabalho servil entre 1850 e 1871. Por exemplo, embora ainda faltem evidências diretas, parece provável que um tráfico *intra*-provincial, dentro da Bahia, e um tráfico *intraregional*, dentro do Nordeste, compensassem, pelo menos em parte, as perdas sofridas pelo Recôncavo através do tráfico interprovincial. O que se sabe é que, entre 1853 e 1871, as autoridades portuárias na Bahia registraram a saída de quase 18.000 escravos “despachados para fora da província”.²⁹

Para as décadas de 1870 e 1880, dispõe-se dos resultados do censo nacional de 1872 e das duas matrículas de escravos realizadas na Bahia, como em outras partes do Brasil, em 1872-73 e em 1886-87.³⁰

²⁸ “Donald B. Cooper, “The New ‘Black Death’ cholera in Brazil, 1855-1856”, in Kenneth F. Kiple (org.), *The African exchange: toward a biological history of black people* (Durham. Duke University Press, 1987), pp. 242-243. Ver, sobretudo, Onildo Reis David. *O inimigo invisível: epidemia na Bahia no século XIX*, Brasília. Sarah Letras; Salvador: EDUFBA, 1996. Em 1855-56 (ou seja, durante e imediatamente após a epidemia), morreram 28 (16%) dos 172 escravos dos engenhos Nazaré e São Miguel, em Santo Amaro. Inv. do Visconde e Viscondessa de Pirajá (1855), APEB, SJ, IT.

²⁹ Bahia. *Falla*, (1852. Gonçalves Martins), p. 53; Stenes, “The demography”, pp. 602-603 e pp. 648-654 (para evidências indiretas de um tráfico *intra*-regional no Nordeste, no qual a Bahia teria sido um importador líquido de escravos). Ver também a nota 38.

³⁰ Brasil, Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento da população do Brasil... no dia 1º de agosto de 1872*. 21 vols. em 22 (Rio de Janeiro, Typ. Dous de Dezembro, 1873-76);

Estas fontes comprovam que, apesar do declínio entre 1850 e 1872, a Bahia ainda contava com um número nada insignificante de escravos. Enquanto o censo de 1872 dava para a província uma população servil de 164.824, a matrícula de 1872-73 registrou quase 174.000. Se, por ora, deixarmos de lado a discrepância entre os dois totais, ambas as fontes concordam em indicar que, no início da década de 1870, a população servil baiana era a terceira maior do Brasil, maior do que a de São Paulo. Além disso, segundo a matrícula, na Bahia achava-se mais de uma terça parte (34,2%) de toda a população servil do Nordeste; os 173.639 escravos matriculados na Bahia em 1872-73 superavam os de Pernambuco, Alagoas e Paraíba (153.983).

A segunda matrícula, que registrou 76.838 escravos na Bahia, revelou uma diminuição considerável entre 1872-73 e 1886-87. A Bahia, nesses 14 ou 15 anos, perdeu entre 91.000 e 97.000 escravos, o equivalente a mais da metade em 1872-73.³¹ Ao mesmo tempo, em termos do tamanho de sua população servil, a província tinha caído para o quarto lugar e São Paulo passara a ocupar o terceiro. Mas os resultados da matrícula de 1886-87 também indicam que, às vésperas da abolição, nada menos que 10% de toda a população escrava do Brasil morava na Bahia, sendo a maior do Nordeste, quase duas vezes a de Pernambuco (40.051)

Claro está que nem todos os escravos baianos residiam e trabalhavam nos engenhos do Recôncavo. De fato, segundo o censo de 1872 e a matrícula de 1872-73, os 58 municípios fora do Recôncavo continham mais da metade da população servil. Em alguns desses municípios achavam-se engenhos, mas em 46 deles não se produzia açúcar para exporta-

Idem, *Relatório e trabalhos estatísticos apresentados ao... Ministro... do Imperio... em 30 de abril de 1875* (Rio de Janeiro, Pinto Brandão & Comp. 1875). "Província da Bahia. Quadro estatístico do número dos escravos...", sem pág.; Idem, Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, *Relatório apresentado à Assembléa Geral Legislativa na terceira sessão da vigésima legislatura pelo Ministro... da Agricultura, Comércio e Obras Públicas...* (Rio de Janeiro, 1888), p. 24. Sobre estas fontes, ver Slenes, "The demography", cap. II. No restante deste artigo, as referências aos resultados do censo e das matrículas baseiam-se nas fontes citadas aqui.

³¹ Convem assinalar que não se deve atribuir o declínio entre 1872-73 e 1886-87 unicamente ao tráfico interprovincial. Entre os demais fatores estavam uma taxa de crescimento natural negativa, as alforrias, a Lei do Ventre Livre, de 1871, e a Lei dos Sexagenários, de 1886. Caberá a pesquisas futuras determinar os pesos relativos destes fatores no declínio da população escrava no período. Ver, entretanto, Slenes, "The demography", esp. caps. III-VIII e X.

ção. E nesses 46 municípios, matriculou-se em 1872-73 um total de 62.054 escravos — ou seja, quase 36% da população servil da Bahia.³²

Por isso mesmo, para utilizar o censo e as matrículas para avaliar a importância do trabalho escravo nos canaviais baianos, seria no mínimo preciso analisar, no nível municipal, o Recôncavo e outros distritos canavieiros. Dada a complexidade geográfica e econômica do Recôncavo, seria ainda melhor examinar cada freguesia. Porém, aqui, vemos diante de dificuldades sérias. Ao que parece, nunca se publicaram os resultados municipais da matrícula de 1886-87 para a Bahia.

Os resultados no nível municipal são disponíveis no caso do censo de 1872 e da matrícula de 1872-73. Como Robert Slenes observa, estas fontes fornecem duas contagens independentes e quase simultâneas da população escrava brasileira. Ao analisar as duas fontes, Slenes demonstra que, nos níveis nacional e provincial, a diferença entre elas é pequena: para o Brasil como um todo, o total da matrícula é de apenas 2% maior do que a população escrava enumerada no censo. Conclui que, “na maioria das províncias, os dados sobre a população servil total do censo e da matrícula são bastante confiáveis”. Para a Bahia, onde novamente a matrícula indica um total maior do que o censo, a diferença também é pequena; não passa de 3,5%. Mas, quando a análise se restringe especificamente ao Recôncavo, a disparidade entre as duas contagens aumenta consideravelmente. Para os dez municípios que formavam a região, a matrícula de 1872-73 dá uma população escrava de 80.776 — uma cifra quase 12% maior do que o total que consta do censo (72.030).³³

Seria tentador atribuir a diferença a uma subcontagem no censo e concluir que a matrícula é mais confiável. De fato, é quase certo que, em alguns casos, os resultados do censo representam uma subcontagem. Por exemplo, São Francisco do Conde e Santo Amaro, com, respectivamente, 121 e 128 engenhos no início da década de 1870, eram os

³² Na classificação dos municípios, baseei-me em um inquérito de 1873 que dá a distribuição dos engenhos baianos por município; ver *Estado da lavoura*, [Bahia], tabela B, sem pag. Considerei como não açucareiros os municípios que não constam do inquérito. Sem dúvida, em vários deles produzia-se açúcar, mas destinado a mercados locais e não à exportação.

³³ Slenes, “The demography”, pp. 51-118 (p. 56 para o trecho citado). Sobre as cifras mencionadas no texto, ver as notas “b” e “c” na tabela I (em anexo).

dois municípios canavieiros mais importantes do Recôncavo. Assim, só uma subcontagem grave poderia explicar por que o censo registra apenas 3.628 escravos em São Francisco do Conde e mais de 11.000 cativos no município vizinho de Santo Amaro. Seria muito mais razoável aceitar o total de 11.036 escravos que a matrícula indica para São Francisco do Conde.³⁴

Entretanto, não está claro, de maneira alguma, que, em todos os casos, os resultados do censo apresentem uma subcontagem e que a matrícula seria mais confiável. Para cinco dos dez municípios do Recôncavo, a matrícula indica um número de escravos *menor* do que o total que consta do censo. Além disso, como se vê na tabela 1 (em anexo), às vezes, de tão grandes, chegam a ser alarmantes as discrepâncias entre as duas contagens. Calculadas como uma percentagem dos totais do censo, essas discrepâncias variam de +211,6% (em São Francisco do Conde) a -62,7% (em Itaparica). Para o Recôncavo e para a Bahia como um todo, as pesquisas futuras talvez consigam explicar as discrepâncias.³⁵ Mas, por enquanto, pouco podemos fazer além de concluir que, no começo da década de 1870, o Recôncavo possuía entre 72.000 e quase 81.000 escravos, e que, na mesma época, uns 22.000 moravam em Santo Amaro e São Francisco do Conde, os dois principais centros da lavoura canavieira na região.

Por mais imprecisas que sejam, as cifras derivadas do censo de 1872 e da matrícula de 1872-73 estão longe de sugerir uma situação em que, como teria sido o caso em Pernambuco no início dos anos 1870, a transição para a mão-de-obra livre já se achava adiantada e a escravidão

³⁴ As câmaras municipais de São Francisco do Conde e Cachoeira queixaram-se junto ao governo provincial de que os resultados do censo representavam uma subcontagem da população escrava. Câm. de São Francisco do Conde para o pres. (26/5/1876), APEB, SH, 1475; Câm. de Cachoeira para o pres. (3/11/1875), APEB, SH, 1272. Ver também *A&P* (1876), vol. 34, p. 757.

³⁵ Parte da explicação talvez se ache numa subcontagem das escravas no censo. Para a população servil do Recôncavo como um todo, a taxa de masculinidade do censo de 1872 é de 116,8 homens para cada 100 mulheres, mas a matrícula indica uma taxa de apenas 104,3. A discrepância faz sentido desde que, historicamente, a subcontagem da população feminina é comum nos censos antigos e, na matrícula, os proprietários de escravos registravam todos os seus cativos. Ver Slenes, "The demography", pp. 58-59. Uma vez mais, os dados no nível municipal tornam a questão mais complexa, pois, para três municípios (Maragogipe, Jaguaripe e Itaparica), os resultados da matrícula indicam uma taxa de masculinidade inferior à calculada a partir do censo.

vinha perdendo rapidamente sua importância. Pelo contrário, as cifras indicam que o Recôncavo ainda contava com uma população servil significativa — e, na verdade, apenas ligeiramente inferior ao número de escravos presentes na região no início do século XIX. Em 1816-17, por exemplo, o Recôncavo possuía uma população de aproximadamente 89.000 escravos; desses, em torno de 22.000 moravam em Santo Amaro e São Francisco do Conde.³⁶ Assim, embora o censo e a matrícula não permitam mais do que estimativas toscas para a população servil do Recôncavo e sua distribuição geográfica, sugerem duas conclusões preliminares. Primeiro, no começo da década de 1870, ainda era amplamente utilizada a mão-de-obra escrava na produção agrícola. Segundo — e mais relevante para os propósitos deste artigo —, os senhores de engenho nos distritos canavieiros mais tradicionais do Recôncavo continuavam a empregar número significativo de escravos no início dos anos 1870.

* * *

Essas conclusões vêm-se reforçadas pela análise de uma amostra de 47 inventários *post-mortem* de senhores de engenho, entre 1850 e 1888. Embora pequena, a amostra fornece informações sobre mais de 4.500 escravos que moravam e trabalhavam em 63 engenhos, todos localizados no Recôncavo; e, ao contrário do censo e das matrículas, tem a vantagem de permitir um exame direto da força de trabalho servil empregada na produção de açúcar. Em termos geográficos, a amostra abrange os distritos açucareiros mais tradicionais: as freguesias suburbanas de Salvador, os municípios de Santo Amaro e São Francisco do Conde, mais a Freguesia de Santiago do Iguape no Município de Cachoeira — todos no lado setentrional da Baía de Todos os Santos. Nesses distritos, achavam-se historicamente alguns dos maiores e mais ricos engenhos não só da Bahia, como do Brasil. A amostra, no entanto, não inclui inventários de Nazaré e Maragogipe, no sul do Recôncavo, cen-

³⁶ Em 1816-17, um levantamento dos proprietários de escravos registrou 22.229 cativos nas então vilas de São Francisco do Conde e Santo Amaro, e mais 11.521 em Jaguaripe (inclusive a então Freguesia de Nazaré) e Maragogipe. Ver Schwartz, *Sugar plantations*, pp. 440-441, que muito plausivelmente estima que outros 55.000 escravos moravam na Cidade de Salvador e em Cachoeira. Quando somada aos resultados do levantamento, a estimativa sugere para o Recôncavo uma população total de aproximadamente 89.000 escravos.

tros relativamente novos da produção açucareira em meados do século XIX. Para a sua interpretação é preciso atentar-se para a abrangência geográfica da amostra, que retrata melhor a situação dos engenhos mais ricos dos distritos canavieiros mais tradicionais.³⁷

A tabela 2 (em anexo) demonstra que o fim do tráfico negreiro provocou mudanças substanciais na composição e no tamanho da força de trabalho cativa empregada nessas propriedades. Por exemplo, como seria de esperar, caiu na segunda metade do século XIX a proporção de escravos nascidos na África. Enquanto os africanos representavam mais da metade dos escravos nos engenhos do Recôncavo na década de 1850, duas décadas depois, não chegavam a 20% do total. Nos anos 1880-88, a presença de africanos já se tornara quase insignificante: a grande maioria (92,4%) dos escravos que trabalhavam nos engenhos baianos tinha nascido no Brasil.

A alta taxa de masculinidade que caracterizava a população servil dos engenhos antes de 1850 era, em grande parte, uma conseqüência direta do tráfico negreiro, no qual os homens sempre foram mais numerosos do que as mulheres. De fato, o número de escravos para cada 100 escravas nos engenhos baianos diminuiu a cada década depois de 1850. Em meados do século, havia uma taxa de masculinidade de 170; embora ainda alta, a taxa de 122 homens para cada 100 mulheres, que se calcula a partir dos inventários da década de 1880, é muito mais equilibrada. Assim, depois de 1850, os senhores de engenho baianos tiveram que se

³⁷ Para construir a amostra, examinei todos os inventários *post-mortem*, entre 1850 e 1888, dos municípios de São Francisco do Conde e Santo Amaro e da Freguesia de Santiago do Iguape, disponíveis para a consulta em 1986-88 nos acervos de Inventários e Testamentos do Arquivo Público do Estado da Bahia e do Arquivo Regional da Cachoeira. Estes acervos forneceram uma amostra de 37 inventários de senhores de engenho. No acervo de Inventários e Testamentos de Salvador do APEB, pude localizar mais alguns inventários de proprietários que, na época de sua morte, moravam em Salvador, mas possuíam engenhos em Santo Amaro, São Francisco do Conde ou Iguape. No mesmo arquivo, localizei mais seis inventários de proprietários com engenhos nas freguesias de Muritiba, Outeiro Redondo e Cruz das Almas, no Município de Cachoeira. Os processos de Salvador e de Cachoeira permitiram aumentar o tamanho da amostra para 47 inventários. Note-se também que a amostra inclui somente engenhos que, no momento de serem inventariados, produziam açúcar. Assim, excluí os engenhos de fogo morto. Seria, sem dúvida, esclarecedor comparar os engenhos ativos com os de fogo morto. Mas, nos acervos consultados, localizei apenas um inventário de um engenho claramente identificado como desativado.

contentar com uma proporção cada vez maior de mulheres na força de trabalho servil.³⁸

Também tiveram que aceitar uma redução no tamanho de seus plantéis. A tabela 2 mostra que o número médio de escravos por engenho diminuiu após 1850. Os inventários indicam que este declínio afetou diretamente a indústria açucareira do Recôncavo. E, de fato, a amostra contém exemplos de plantéis muito reduzidos. É o caso do Engenho Sapucaia, em São Francisco do Conde, que, na década de 1870, funcionava com 11 escravos; na mesma época, apenas 10 escravos trabalhavam no Engenho Santo Antônio da Floresta, no mesmo município. O Engenho Guaibinha, na Freguesia do Iguape, estava em circunstâncias semelhantes em 1882: um inventário, naquele ano, arrolou somente 13 escravos. É difícil imaginar como estes engenhos logravam produzir açúcar apenas com mão-de-obra cativa.

Também se pode constatar a mesma tendência ao enxugamento dos plantéis a partir da tabela 3 (em anexo), que reúne informações, de diversas datas, sobre 13 engenhos, alguns grandes. Mesmo os senhores mais ricos não conseguiram, depois de 1850, reverter, mais do que momentaneamente, o declínio na força de trabalho servil.

Entretanto, muito mais notável do que a queda no número médio de escravos por engenho é o fato de que esse número se manteve bastante alto durante todo o período 1850-1888. Aqui é esclarecedora uma comparação com o início do século XIX. Em 1816-17, os engenhos de Santo Amaro e São Francisco do Conde empregavam, em média, 65,5 escravos.³⁹ Ora, essa média não é muito superior aos 59 ou quase 58

³⁸ As taxas de masculinidade relativamente altas dos inventários das décadas de 1870 e 1880 sugerem que os senhores de engenho conseguiram adquirir escravos através de um tráfico intra-regional e intraprovincial e que, depois de 1850-51, não se empenharam de um modo significativo em promover, através de políticas de natalidade, a capacidade reprodutiva de suas escravas para reverter o declínio da população servil. Estas questões exigem, porém, maiores pesquisas. Ver também B W Higman, *Slave population and economy in Jamaica, 1807-1834* Cambridge, Cambridge University Press, 1976, pp. 215-224, cujas pesquisas sobre a Jamaica indicam que um aumento na proporção de escravas não acarretaria necessariamente uma queda na produtividade.

³⁹ Schwartz, *Sugar plantations*, p. 446 Deve-se notar que o levantamento no qual se baseia a média de 1816-17 não abrangeu a Freguesia do Iguape, na qual se situavam, na primeira metade do século XIX, alguns dos maiores engenhos do Recôncavo. Sobre o Iguape, ver Barickman, *A Bahian counterpoint*, caps. 5 e 6.

escravos por engenho calculadas a partir dos inventários das décadas de 1870 e 1880. Ou seja, nos distritos canavieiros mais tradicionais nas décadas de 1870 e 1880, um engenho médio não era muito menor do que em 1816-17.

Na verdade, nas décadas posteriores a 1850, aqueles distritos ainda abrigavam engenhos que — não obstante a queda na população servil — ter-se-iam classificado como propriedades grandes no início do século XIX. Por exemplo, o Engenho Santo Antônio, situado no Município de Santo Amaro, sofreu um decréscimo de 32% no tamanho de seu plantel, entre 1852 e 1872. Mesmo assim, com 77 escravos em 1875, ele continuava a empregar um contingente nada desprezível de mão-de-obra cativa. Ainda maiores eram os plantéis do Engenho Vitória, também em Santo Amaro, e do Engenho da Ponta, no Iguape. De novo, trata-se de propriedades que tinham sofrido uma diminuição substancial na força de trabalho escrava: de 36% entre 1835 e 1877, no caso do Engenho Vitória, e de 56% entre 1835 e 1882, no do Engenho da Ponta. Entretanto, a escravidão, como regime de trabalho, continuava a existir nessas duas propriedades. Em 1871, o Engenho Vitória ainda contava com 156 escravos; e um plantel de 103 cativos ainda morava e trabalhava no Engenho da Ponta. (Ver tabela 3). Para os padrões do Recôncavo, os engenhos Santo Antônio, Vitória e da Ponta eram todos grandes, mas não excepcionalmente grandes. A amostra indica que 47% dos engenhos possuíam plantéis de pelo menos 60 escravos; uma quinta parte empregava mais 99 escravos. Mesmo se considerarmos apenas os inventários com datas posteriores a 1869, as percentagens permanecem altas: entre 1870 e 1888, em 41% dos engenhos trabalhavam 59 ou mais escravos; e 15% deles contavam com a mão-de-obra de pelo menos 100 escravos.

Em resumo, além de corroborar e reforçar os dados do censo de 1872 e das matrículas, estes inventários revelam uma paisagem rural onde, apesar do declínio da população servil, os senhores de engenho continuavam, mesmo na década de 1880, a empregar números significativos de escravos.⁴⁰

* * *

⁴⁰ Também se deve notar que, no período 1850-88, o uso da mão-de-obra escrava nos distritos canavieiros não se restringia aos engenhos. Sem dúvida, muitos lavradores de

A comprovação já apresentada resolve uma das questões principais deste artigo: demonstra a persistência do trabalho escravo na indústria açucareira baiana ao longo de todo o período 1850-88. Por outro lado, nada nos permite concluir sobre o emprego da mão-de-obra livre. Na segunda metade do século XIX, o Recôncavo, como a Zona da Mata pernambucana, possuía uma grande população livre que, em princípio, poderia ter satisfeito, pelo menos em parte, sua demanda de mão-de-obra.⁴¹ Portanto, é preciso perguntar até que ponto, entre 1850 e 1888, os senhores de engenho baianos, como os de Pernambuco, recorreram a trabalhadores livres para compensar o declínio demográfico da força de trabalho escrava.

Antes de abordar essa questão, convém especificar quais os trabalhadores livres que mais nos interessam aqui, pois a simples presença da mão-de-obra livre não seria uma novidade da segunda metade do século XIX. Desde os tempos coloniais, os senhores de engenho empregavam trabalhadores livres como feitores e caixeiros. Também contratavam regularmente os serviços de ferreiros, carpinteiros, pedreiros e outros artesãos livres. Do mesmo modo, não era nada incomum encontrar trabalhadores livres nas casas de caldeiras dos engenhos, onde a transformação da cana em açúcar exigia conhecimento especializado de um mestre-de-açúcar, de tacheiros e caldeireiros. Porém, quando depois do fim do tráfico negreiro os senhores de engenho se queixavam

cana ou outros agricultores que tinham empregado escravos na primeira metade do século não lograram retê-los depois de 1850. Não obstante, numa amostra de 58 inventários *post-mortem* de lavradores, realizados entre 1850 e 1888 em São Francisco do Conde e no Iguape, 57 registram a posse de escravos; os 57 lavradores tinham um total de 530 escravos. A amostra baseia-se em todos os inventários de São Francisco do Conde (meios os da Freguesia de Madre de Deus, situada em ilhas na Baía de Todos os Santos) e de Santiago do Iguape disponíveis para a consulta em 1986-88 no APEB e no Arquivo Regional da Cachoeira. Mas convém lembrar que, pela sua própria natureza, os inventários *post-mortem* constituem uma fonte que favorece lavradores que possuíam terra ou escravos, ou os dois. Ver também nota 74.

⁴¹ Embora, no caso da Bahia, seus resultados não sejam completamente confiáveis, o censo nacional de 1872 indica que a população livre do Recôncavo era cinco vezes maior do que a escrava. A afirmação mantém-se válida mesmo que se aceite o total mais alto para a população escrava constante da matrícula de 1872-73. Do mesmo modo, em qualquer das duas fontes, a razão de livres para escravos era mais alta do que 3 para 1 nos municípios de Santo Amaro e São Francisco do Conde no início da década de 1870. Ver também A&P (1884), vol. 35, pp. 1595, 1613; e Barickman, *A Bahian counterpoint*, pp. 129-135.

da “falta de braços”, sua principal preocupação não era com uma escassez de supervisores e trabalhadores especializados. Antes, era com a escassez de trabalhadores para as tarefas diárias, desgastantes e, às vezes, perigosas do serviço da lavoura: a roçagem, o plantio, a limpeza dos canaviais e o corte da cana. Nessas tarefas, os senhores de engenho baianos praticamente não empregavam trabalhadores livres antes de 1850. Além disso, o serviço do campo ocupava a maioria dos escravos antes de 1850 — em torno de dois terços do plantel de um engenho típico.⁴² Por isso mesmo, interessam-nos aqui sobretudo os trabalhadores livres empregados, depois de 1850, no serviço do campo.

A trabalhadores desse tipo Manoel Pinto da Rocha aparentemente se refere numa carta que enviou ao governo provincial em 1871. Segundo este senhor de engenho, os proprietários baianos não tiveram nenhuma dificuldade em contratar trabalhadores livres para o serviço da lavoura durante a Guerra do Paraguai (1864-70). Naquele tempo, segundo Pinto da Rocha, “apareciam imensos [números de] jornaleiros e sujeitavam-se a todos os trabalhos das fábricas, até por salários pequenos”. Teriam sido incentivados a aceitar quase qualquer emprego pelo “receio de serem recrutados, ou de irem sofrer as fadigas mortais da guerra”. Mas assim que a guerra terminou, esse “incentivo” desapareceu e tornou-se difícil engajá-los para compensar a escassez crescente de mão-de-obra servil. Além disso, os trabalhadores que se contratavam depois do fim da guerra recusavam-se a fazer “os serviços pesados” e, ainda pior, havia o inconveniente “de não serem certos no trabalho”: compareciam alguns dias, mas deixavam de aparecer em outros, “causando assim”, segundo Pinto da Rocha, “o empate das moagens”. De uma maneira geral, as queixas deste senhor de engenho coincidem com os comentários feitos, um ano depois, pelo presidente da província, João Antônio de Araújo Freitas Henriques. Na sua fala à Assembléia Provincial, em 1872, Henriques notou que “o serviço da lavoura continua a ser feito por escravos no geral das nossas fazendas e engenhos, com exceção de poucos, em que vai principiando a introduzir-se o trabalho livre”. Mas nessas propriedades os trabalhadores livres preferiam

⁴² Schwartz, *Sugar plantations*, pp. 151, 313-337. Barickman, *A Bahian counterpoint*, pp. 130-132

“os trabalhos de transportes, do tratamento dos animais [e] da fabricação [de açúcar], ficando os da cultura do campo a cargo dos escravos”. Data também do início da década de 1870 um relatório do Imperial Instituto Baiano de Agricultura, no qual se observou que, “em grande número de fazendas empregam-se os braços livres em vários trabalhos promiscuamente com a escravatura”. Entretanto, como nessas propriedades fazia-se uso da mão-de-obra livre ainda “em pequena escala”, teria sido reduzido o número de trabalhadores livres empregados nos engenhos e fazendas baianos. Referindo-se às limpas, “feitas nas horas mais quentes do dia”, o relatório acrescentou que os braços livres geralmente recusavam-se a fazê-los.⁴³

Embora algo imprecisas, estas três fontes efetivamente indicam que, no começo da década de 1870, já se empregava a mão-de-obra livre nos engenhos baianos. Também permitem supor que, pelo menos em alguns casos, contratavam-se regularmente trabalhadores livres. Mas de maneira alguma sugerem que estes fossem mais numerosos do que os escravos, como já seriam, na Zona da Mata de Pernambuco, na mesma época. Antes, sugerem que, nos engenhos baianos, quando contratada, a mão-de-obra livre servia sobretudo para suplementar o trabalho escravo.

Vão nessa mesma direção as informações fornecidas pelas relações de despesas, às vezes anexas aos inventários *post-mortem*. Embora muitas vezes apresentem problemas de interpretação, elas constituem uma fonte valiosíssima para determinar a importância relativa da mão-de-obra escrava e livre nos engenhos do Recôncavo na segunda metade do século XIX.

Por exemplo, anexas ao inventário de José Bittencourt Sá e Aragão, senhor do Engenho Jacuípe, em São Francisco do Conde, estão as relações das despesas que sua viúva e inventariante fizera nos 21 meses entre janeiro de 1865 e setembro de 1866, durante os quais administrou sozinha a propriedade. Estão registrados os salários pagos ao admi-

⁴³ M[anoel] Pinto da Rocha para o pres. (28/9/1871), APEB, SH. 4594: Bahia, *Falla* (1872, Freitas Henriques), p. 139; Idem, *Falla* (1871, São Lourenço). *Documentos anexos*: “Relatório do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura”, p. 22 (daqui em diante citado como “Relatório do Imperial Instituto”).

nistrador do engenho, ao feitor e aos demais trabalhadores livres: um caixeiro, um mestre-de-açúcar, um banqueiro (assistente do mestre-de-açúcar), um caldeireiro e um alambiqueiro. Mas não consta um nome sequer de um trabalhador livre empregado no serviço do campo. Fica claro que, para o cultivo da cana, o Engenho Jacuípe dependia dos 98 escravos que o casal possuía e que as quase 75 toneladas de açúcar que o engenho vendeu em 1865 e 1866 foram produzidas quase exclusivamente por eles.⁴⁴

No início da década de 1870, o trabalho escravo também predominava no Engenho Santo Antônio Fragoso, situado no mesmo município. É verdade que as relações de despesas desta propriedade, que começam em janeiro de 1870 e terminam em março de 1873, parecem indicar a presença da mão-de-obra livre não qualificada; registram um total de Rs. 92\$000 de jornais pagos a 3 ou 4 “serventes”. Juntos, eles trabalharam pelo menos doze meses. Mas, da mesma maneira que não se pode determinar o número exato de serventes, também não é possível dizer em que tipo de trabalho foram ocupados. A expressão “servente” pode se referir a um trabalhador não qualificado, mas não significa necessariamente um trabalhador ocupado no serviço do campo. Mesmo que esses serventes estivessem empregados nos canaviais do engenho, representariam somente um contingente pequeno — quase insignificante — de mão-de-obra livre, diante dos 86 escravos que, em 1871, moravam e trabalhavam em Santo Antônio Fragoso.⁴⁵

Claro está que nem todos os engenhos baianos estavam tão bem dotados de escravos. Os engenhos com plantéis menores talvez tenham recorrido mais regularmente a trabalhadores livres, na medida em que pudessem contratá-los e arcar com o custo. É esse o padrão sugerido pelo inventário do barão de Alagoinhas. Ao morrer em 1882, ele era proprietário de dois engenhos grandes em Santiago do Iguape: o Campina, com umas 1.300 tarefas de terras (566 ha), e o São José do Acu, que ocupava aproximadamente 3.000 tarefas (1.307 ha). O Engenho Campina, em 1883, ainda contava com uma força de trabalho de 60 escravos, mais de 70% com idade entre 15 e 39 anos, em seus anos mais

⁴⁴ Inv. de José Bittencourt Sá e Aragão (1865). APEB, SJ, IT.

⁴⁵ Inv. de Antônio Gervásio Cardoso (1871). APEB, SJ, IT.

produtivos, portanto. Não surpreende, pois, que nas relações de despesas do Campina, referentes aos últimos meses de 1882 e ao começo de 1883, apareça somente um trabalhador livre contratado para o serviço de campo — no caso, um jornaleiro para ajudar na roçagem de um canavial. Bem diferente, porém, era a situação do São José do Acu, que o barão tinha comprado em 1873. Nove anos mais tarde, o engenho possuía uma população residente de tão-somente 23 escravos — ou seja, menos de 25% dos 93 escravos empregados na mesma propriedade em 1868. Para compensar, o filho e inventariante do barão recorreu à mão-de-obra livre. As relações de despesas que preparou não só registram os salários de um feitor livre, de um mestre-de-açúcar e de mais dois trabalhadores qualificados empregados na casa de caldeiras; também incluem cinco pagamentos semanais, ou em alguns casos, quinzenais, descritos como “folhas dos trabalhadores”. Infelizmente, não esclarecem nem quantos foram esses “trabalhadores”, nem o tipo de serviço em que se ocuparam. Mas, dado o número diminuto de escravos residentes em São José do Acu, parece provável que pelo menos alguns trabalharam nos canaviais da propriedade.⁴⁶

Comprovação bem mais clara da presença de mão-de-obra livre na lavoura canavieira advém do Engenho São Gonçalo que, em meados da década de 1870, ocupava quase 1.460 tarefas (aproximadamente 636 ha) em São Francisco do Conde e pertencia a José Maria de Gouveia Portugal. Quando José Maria morreu em 1875, Pedro Alexandrino de Gouveia Portugal, seu irmão e inventariante, assumiu a responsabilidade pela administração da propriedade. Destacam-se pela riqueza de pormenores as relações de despesas preparadas por Pedro Alexandrino durante os 27 meses, entre outubro de 1875 e dezembro de 1877, em que administrou o São Gonçalo. Indicam que, entre os empregados livres, estavam um feitor, dois ou três caixeiros, uma enfermeira que cuidava dos escravos doentes e mais dois vaqueiros. Eram, em sua maioria, empregados permanentes, que recebiam salários mensais. Ao contrário, pagava-se por safra aos trabalhadores qualificados das casas de

⁴⁶ Inv. do Barão de Alagoinhas (1883). ARC. IT Ver também a tabela 3. Caberá a pesquisas futuras determinar se o emprego da mão-de-obra livre era mais comum nas fazendas de cana, onde, antes de 1850, os plantéis tendiam a ser menores e onde o declínio da população escrava talvez fosse mais acentuado.

moendas e de caldeiras: o maquinista que operava a máquina a vapor do engenho; dois mestres-de-açúcar e, dependendo da safra, até três caldeireiros e mais três tacheiros. Durante sua administração, Pedro Alexandrino regularmente contratou carpinteiros, costureiras, ferreiros, marceneiros e outros artesãos livres, que foram pagos ou pela tarefa ou pelo número de dias em que trabalharam. Aos cinco carreiros que trabalharam 98 dias, quando teriam ajudado os seis carreiros escravos do engenho no transporte da cana desde os canaviais até a casa de moendas, foram pagos jornais de Rs. \$700 ou Rs. \$800.

Os trabalhadores livres em São Gonçalo não só transportavam a cana, como também participavam de seu cultivo. Em nove ocasiões, entre outubro de 1875 e dezembro de 1877, Pedro Alexandrino contratou roçadores livres. Por exemplo, em 23 de fevereiro de 1876, anotou o seguinte:

Ao senhor Manoel Pereira, aos irmãos e mais companheiros que roçaram 11 tarefas [4,8 ha]Rs. 60\$500

O exemplo, que é típico, também é frustrante na medida em que não esclarece quantos trabalhadores foram empregados, nem quantos dias trabalharam. A tarefa de abrir canaviais novos nas matas do engenho provavelmente recaiu em parte sobre os sete jornaleiros que, em várias datas, foram contratados para fazer “serviço de machado” em São Gonçalo. Sobre outro grupo de 12 jornaleiros, as anotações de Pedro Alexandrino oferecem poucas informações, além de seus nomes e o número de dias trabalhados, que, para todos os 12, somam um total de 257. Mas, a julgar pelos jornais que recebiam — Rs. \$600 ou Rs. \$640 — não seriam trabalhadores qualificados. Os pedreiros e carpinteiros ganhavam Rs. 2\$000 por dia em São Gonçalo. Portanto, é bem provável que, pelo menos alguns dos 12, tinham trabalhado como roçadores e até mesmo cortando a cana. O que se sabe ao certo é que, durante a safra de 1876-77, Pedro Alexandrino conseguiu contratar pelo menos dez trabalhadores livres para ajudar os escravos no corte da cana. A alguns foram pagos salários diários; outros receberam pela quantidade de cana cortada.

Assim, as relações de despesas anexas ao inventário de José Maria de Gouveia Portugal demonstram claramente o emprego da mão-

de-obra livre em uma variedade de atividades em meados da década de 1870. O Engenho São Gonçalo poderia muito bem ser uma das propriedades às quais se referiram os diretores do Imperial Instituto Baiano de Agricultura no relatório que prepararam em 1871 a pedido do governo provincial: uma propriedade onde, nas palavras da diretoria do Instituto, “os braços livres ‘trabalhavam’ promiscuamente com a escravatura”.⁴⁷

Também revelam que, em São Gonçalo, as maiores despesas com a mão-de-obra livre não eram com trabalhadores empregados no serviço do campo. A soma dos salários pagos a roçadores, a cortadores de cana e jornaleiros ocupados no “serviço de machado” e em tarefas não especificadas, entre outubro de 1875 e dezembro de 1877, é de Rs. 679\$060. Se se considera a carreamento como uma profissão semiqualficada e se se incluem os jornais pagos aos cinco carreiros que trabalharam no mesmo período, essa soma eleva-se para Rs. 780\$360. Mesmo assim, representa menos de 12% do total de Rs. 6:922\$400 gastos com trabalhadores livres de um ou outro tipo. Mais de 70% desse total foi pago ao feitor e aos caixeiros responsáveis pela administração diária de São Gonçalo, aos trabalhadores qualificados empregados no fabrico de açúcar e aos artesãos que Pedro Alexandrino contratou. Sobre os engenhos da Bahia colonial, Stuart Schwartz observa que o emprego da mão-de-obra livre concentrava-se sobretudo nas “áreas de administração, da técnica especializada e do serviço qualificado de artesãos”. Em grande medida, as observações de Schwartz também se aplicariam ao Engenho São Gonçalo em meados da década de 1870.⁴⁸

Além disso, como nos engenhos da Bahia colonial, empregava-se em São Gonçalo a mão-de-obra servil. O engenho tinha, em 1878, um plantel de 71 escravos; ou seja, seis escravos a mais do que um engenho médio no Recôncavo em 1816-17. Distribuída entre 46 escravos e 25 escravas, a população cativa do São Gonçalo incluía artesãos, carreiros, criados domésticos e também dois tacheiros. Mas a maioria (70%) compunha-se de escravos de enxada e foice, cujo trabalho ainda era crucial na rotina diária e anual do plantio, da limpeza de canaviais e do corte da

⁴⁷ Inv. de José Maria de Gouveia Portugal (1875), APEB, SJ, IT: “Relatório do Imperial Instituto”, p. 22

⁴⁸ Schwartz, *Sugar plantations*, p. 313. Os 15,8% restantes dos salários e jornais foram pagos aos dois vaqueiros e à enfermeira do engenho.

cana. As anotações não registram a presença de um único trabalhador livre no plantio da cana; e, em apenas uma ocasião, contratou-se um jornaleiro para trabalhar na limpeza de um canavial. Do mesmo modo, as únicas referências a cortadores de cana livres datam da safra de 1876-77. Os escravos, portanto, devem ter cortado toda ou quase toda a cana colhida nas safras de 1875-76 e 1877-78.⁴⁹ Indicam ainda que as despesas com os 71 escravos superavam em muito os salários e jornais pagos a roçadores e outros trabalhadores não qualificados. Por exemplo, entre outubro de 1875 e dezembro de 1876, o inventariante de José Maria desembolsou Rs. 5:589\$040 na compra de 1.940 alqueires (70.364 litros) de farinha de mandioca para sustentar os escravos. Essa soma, que não inclui as compras de charque, bacalhau e pano de algodão, é sete vezes maior do que todos os salários e jornais pagos durante dois anos aos carreiros e aos jornaleiros que trabalharam no serviço de campo.

Um último exemplo nos vem do inventário de Francisco Ferreira Viana Bandeira, que, ao falecer em 1882, era dono de dois engenhos: o Vitória, na Freguesia de Nossa Senhora da Purificação, em Santo Amaro, e, a pouca distância, o Engenho da Ponta, em Santiago do Iguape, uma freguesia no vizinho Município de Cachoeira. As relações anexas ao inventário deste proprietário, que começam em abril de 1882 e enceram-se em abril do ano seguinte, efetivamente indicam a presença da mão-de-obra livre na produção do açúcar. Trazem, para a data de 20 de abril de 1882, a seguinte anotação, relativa ao Engenho Vitória:

Dinheiro a Roçadores forros, de 25 tarefas [quase 11 ha] a	5\$000
a tarefa	125\$000

É digno de nota que os roçadores eram forros, ex-escravos. Mas muito mais importante é o fato de ser este o único item que registra o emprego de mão-de-obra livre nos serviços da lavoura nos dois engenhos. Assim, fica claro que, a menos de uma década da extinção final do regime

⁴⁹ Depois de dezembro de 1877, o filho de José Maria, já emancipado, assumiu a responsabilidade pela administração do engenho, até o casamento de sua irmã. As relações de despesas por ele preparadas, também anexas ao inventário, que terminam em julho de 1878, não registram nenhum pagamento de salários a trabalhadores livres empregados no serviço de campo em São Gonçalo.

servil, o funcionamento diário destes dois engenhos ainda dependia sobretudo do trabalho dos 193 escravos que Bandeira deixou aos seus herdeiros: 90 escravos do Engenho Vitória e 103 do Engenho da Ponta.⁵⁰

Com o inventário de Francisco Ferreira Viana Bandeira, a documentação disponível leva à mesma conclusão: entre 1850 e 1888, não se incorporou um contingente significativo de mão-de-obra livre à força de trabalho empregada nos engenhos dos distritos canavieiros mais tradicionais do Recôncavo. A produção de açúcar continuou a se basear principalmente no trabalho escravo até as vésperas da abolição.

* * *

Como explicar a persistência da mão-de-obra escrava nos engenhos do Recôncavo? Como explicar o contraste tão marcante entre o Recôncavo e a Zona da Mata de Pernambuco, onde, a partir de 1850, os senhores de engenho foram incorporando um contingente cada vez maior de trabalhadores livres à produção de açúcar? A questão torna-se ainda mais instigante porque o contraste não se limita ao emprego da mão-de-obra escrava; pelo contrário, também abrange o desempenho das exportações de açúcar. Enquanto, na Bahia, a exportação de açúcar foi caracterizada, a partir de mais ou menos 1855, pela estagnação e, a

⁵⁰ Inv. de Francisco Ferreira Viana Bandeira (1882), APEB, SJ, IT. Quando se fizeram as avaliações, 5 dos 193 escravos se alforriaram, comprando suas liberdades, outros 7 achavam-se ausentes e foram listados como fugidos. O Engenho Vitória de Bandeira não deve ser confundido com outro engenho, do mesmo nome, localizado no Iguape, já aqui mencionado. Além dos exemplos citados, examinei as relações de despesas de mais 7 engenhos: Santo Antônio das Varas, nos subúrbios do Salvador, Bom Gosto e Pimentel, em São Francisco do Conde (1849-50); Santo Estêvão, em São Francisco do Conde (1853-7); Nazaré e São Miguel, em Santo Amaro (1854-6); e da Ponta, no Iguape (1860-5). As despesas indicam que todos os 7 engenhos dependiam principal e quase exclusivamente da mão-de-obra escrava para o trabalho do campo. Invs. do Barão de Maragogipe (1850), de Maria de Assunção Freire de Carvalho (1848), do Visconde e Viscondessa de Pirajá (1855), todos in APEB, SJ, IT; e de Matilde Flora da Câmara Bittencourt e Chaby (1864), ARC, IT. Note-se também que Miguel de Teive e Argolo, o proprietário do Santo Estêvão, anexou as despesas de seu engenho ao inventário de Maria de Assunção Freire de Carvalho, para tentar resolver uma disputa entre seus herdeiros. Entretanto, não examinei as relações de despesas do Engenho Cravaçu, anexas ao inv. de Joaquim Afves da Cruz Rios (1863), APEB, SJ, IT, pois, quando se restaurou o documento, foram embaralhadas as folhas que as contêm. Mas, visto que Cravaçu contava na época com uma população residente de 180 escravos, parece improvável que tenha empregado mão-de-obra livre em escala significativa.

seguir, no final da década de 1880, pelo colapso quase total, em Pernambuco, as exportações de açúcar experimentaram um aumento significativo entre as décadas de 1850 e 1890.

Parte da explicação pela persistência da mão-de-obra servil na indústria açucareira baiana certamente se acha na maior oferta de escravos na Bahia do que em Pernambuco. É o que apontam os resultados do censo de 1872 e das matrículas de 1872-73 e 1886-87. As informações disponíveis sobre o tamanho dos plantéis nos engenhos da Zona da Mata pernambucana também sugerem que a oferta da mão-de-obra escrava era maior na Bahia. Apesar de escassas, essas informações indicam que, em meados do século XIX, os senhores pernambucanos empregavam entre 20 e 55 escravos.⁵¹ Mesmo em Jaboatão, um dos municípios canavieiros mais ricos da Zona da Mata, o plantel médio de um engenho, em 1857, era de apenas 50 escravos. Essas cifras são bem inferiores à média de 74 escravos por engenho nos distritos canavieiros mais tradicionais do Recôncavo na década de 1850.⁵² A maior disponibilidade da mão-de-obra servil na Bahia foi, por sua vez, o resultado de um tráfico negreiro vigoroso que, na primeira metade do século XIX, ligou a província diretamente a áreas abastecedoras de escravos na África, principalmente na África Ocidental, onde os traficantes utilizavam o fumo baiano para adquirir escravos africanos. Recentemente, David Eltis estimou que a Bahia importou mais de 318.000 africanos entre 1801 e 1851, enquanto no mesmo período as importações em todas as províncias ao norte da Bahia — de Sergipe até o Pará — não passavam de 260.000 escravos. O que talvez seja mais importante, na última década antes do fim do tráfico, as importações (68.000 escravos)

⁵¹ Eisenberg, *The sugar industry*, p. 146; Marcus Joaquim Maciel de Carvalho, "O 'tráfico de escravatura branca' para Pernambuco no ocaso do tráfico de escravos", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 149: 358 (1988), p. 24 n. 6; Zóia Campos de Carvalho, *Rosto e máscara do senhor de engenho de Pernambuco (1822-1888)*. Recife, Massangana, 1988, p. 30. Ver também Maria da Glória Santana de Almeida, *Nordeste açucareiro (1840-1875): desafios num processo do vir-a-ser capitalista: Sergipe no século XIX*, Aracaju, UFSE, 1993, pp. 187-188.

⁵² "Uma estatística", *Diário de Pernambuco* (15/12/1857), in José Gonsalves de Mello (org.), *O Diário de Pernambuco e a história social do Nordeste (1840-1889)*, 2 vols., Recife, 1975, pp. 607-609; tabela 2. Convém notar que Eisenberg (p. 147) cita 70 como o número médio de escravos por engenho em Jaboatão, em 1857. Contudo, essa média inclui não só os escravos dos senhores do engenho, como também os dos lavradores de cana.

da Bahia foram quase duas vezes maiores do que as das demais províncias do Norte e do Nordeste (35.500).⁵³ Assim, em meados do século XIX, os senhores de engenho baianos tiveram acesso a uma oferta muito mais abundante de escravos do que os pernambucanos e os de outras províncias nordestinas. Por isso mesmo, após 1850, teria sido bem menos premente a necessidade de encontrar uma alternativa à mão-de-obra escrava na Bahia do que em Pernambuco.

Indiretamente, a literatura sobre Pernambuco no século XIX também nos dá pistas, talvez até mais valiosas, para explicar não só a persistência do trabalho escravo nos engenhos baianos como também a estagnação e o declínio do comércio exportador de açúcar na Bahia a partir de meados da década de 1850. Aquela literatura demonstra que uma falta de alternativas definiu boa parte da história agrária de Pernambuco na segunda metade de século XIX.⁵⁴ Apesar das condições desfavoráveis no mercado mundial, os senhores de engenho da Zona da Mata continuaram a cultivar a cana e até conseguiram aumentar sua produção entre 1850 e a década de 1890, porque lhes faltava uma alternativa que proporcionasse uma renda maior.⁵⁵

Continuar a produzir açúcar e, muito mais, aumentar a produção exigia uma solução do problema de oferta de mão-de-obra escrava, que se tornava cada vez mais escassa. Aqui também intervinha uma ausência de alternativas que permitisse uma transição gradual do trabalho escravo ao livre. Em meados do século XIX, nos distritos rurais da Zona da Mata, estava uma grande população de homens e mulheres livres e pobres que, na sua maioria, viviam como “moradores”, cultivando pequenas roças em terras de engenhos e de outras propriedades. Como “moradores”, não pagavam mais do que uma renda simbólica em di-

⁵³ David Eltis, *Economic growth and the ending of the transatlantic slave trade*, Oxford. Oxford University Press, 1987. pp. 195, 243-244, 373 n. 38. Para Pernambuco, Marcus Carvalho (“O tráfico de escravatura branca”, p. 33) estima, para a década de 1840, o total das importações em 15.600 — uma cifra que representa apenas 24% dos 66.600 escravos que, segundo a estimativa de Eltis, a Bahia teria importado. O melhor estudo geral sobre o tráfico negreiro na Bahia continua a ser Pierre Verger, *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX*, trad. Tasso Gadzanis, São Paulo, Corrupio, 1987.

⁵⁴ Ver as obras citadas na nota 7

⁵⁵ Especificamente sobre este ponto, ver Eisenberg, *The sugar industry*, pp. 122-123, 224-225.

nheiro ou em espécie e, eventualmente, prestavam pequenos serviços ao proprietário para garantir acesso aos pequenos terrenos onde mantinham suas casas e plantações.⁵⁶ Mas, na segunda metade do século XIX, à medida que a população escrava diminuía, os senhores de engenho pernambucanos foram se valendo de seu “virtual monopólio” sobre a propriedade da terra e de sua “hegemonia” na política local para transformar a população livre e pobre da Zona da Mata em uma força de trabalho abundante e barata. Sob diversos arranjos, que, em sua maioria, implicavam em algum acesso à terra, os moradores foram, cada vez mais, obrigados a trabalhar nos engenhos da Zona da Mata a troco de salários baixos e, na verdade, decrescentes. Tinham, claro está, a liberdade de deixar uma propriedade para se estabelecer em outra, mas em quase toda parte encontravam condições de trabalho e salários semelhantes. Também tinham a liberdade de migrar da Zona da Mata, mas o interior semi-árido da província oferecia poucas oportunidades econômicas. Essas tornaram-se ainda mais restritas na segunda metade da década de 1870, quando a “Grande Seca” de 1877 assolou grande parte do interior do Nordeste. Milhares de sertanejos emigraram, tentando fugir da estiagem, muitos deles dirigindo-se à Zona da Mata e outras áreas canavieiras do litoral nordestino, onde a sua presença só serviu para aumentar a oferta de mão-de-obra livre e rebaixar ainda mais os salários.⁵⁷ A seca também contribuiu para o estabelecimento de um

⁵⁶ “Moradores”, geralmente chamados “agregados” nas fontes baianas, também eram comuns nos distritos rurais do Recôncavo. Ver Barickman, *A Bahian counterpoint*, pp. 118-119, 131-132.

⁵⁷ Sobre a “grande seca”, ver Roger Lee Cuniff, “The great drought: Northeast Brazil, 1877-1880” (Doutorado, University of Texas at Austin, 1970); e Gerald Michael Greenfield, “The great drought and elite discourse in Imperial Brazil”, *Hispanic American Historical Review*, 72, 3 (1992), pp. 375-400, os quais só mencionam a Bahia *en passant*. Faltam estudos comparáveis sobre a seca na Bahia. A seca de 1877 é geralmente descrita como um fenômeno que afetou todo o Nordeste: de fato, Mattoso (*Bahia, a Cidade*, p. 343) assinala 1877-80 como anos de seca. Mas não é nada evidente que a seca fosse tão severa na Bahia como em outras áreas do Nordeste. O relatório de 1878 do cônsul britânico em Salvador sugere que ela não se fez sentir na maior parte da província. Igualmente, o historiador baiano Francisco Marques de Góes Calmon (nascido em 1874) considerava a seca de 1857-61, e não a de 1877-80, como a pior da Bahia no século XIX: na verdade, sua história econômica da Bahia nem menciona a seca de 1877-80. Na Bahia, o impacto da seca parece ter sido sobretudo o aumento acentuado do preço da farinha de mandioca, provocado pelas exportações para áreas mais afetadas do Nordeste. *A&P* (1878-9), vol. 29, p. 275; Góes Calmon, *Vida econômico-financeira*, pp. 72, 93-94; [Manoel] Pinto de Aguiar, *Abastecimento: crises, motins e intervenção*, Rio de Janeiro, 1985, Philobiblion, pp. 57-60.

padrão de migração sazonal; na década de 1880, os sertanejos já migravam regularmente para o litoral, procurando trabalho durante a época da safra nos engenhos. Assim, a partir da década de 1850, a população livre e pobre da Zona da Mata pernambucana descobriu que tinha cada vez menos alternativas reais para o trabalho assalariado e semi-assalariado na indústria açucareira da província.⁵⁸

Em resumo, a história agrária da Zona da Mata, na segunda metade do século XIX, foi, em grande parte, caracterizada por uma dupla falta de alternativas: por um lado, aos senhores de engenho faltavam alternativas viáveis, dentro da economia exportadora, à produção de açúcar; por outro lado, para grande parte da população livre e pobre da região, constatava-se uma falta ou, pelo menos, uma gama muito restrita de alternativas para o trabalho nos engenhos.

A existência de alternativas talvez seja um elemento-chave para explicar a estagnação e o declínio das exportações baianas de açúcar e também a persistência do trabalho escravo nos engenhos do Recôncavo. Tanto para um segmento significativo da classe proprietária como para uma considerável parcela da população livre, essas alternativas achavam-se principalmente no cultivo do café e do fumo para a exportação, e na produção de gêneros alimentícios para mercados locais. Embora se trate de uma hipótese que ainda requer maiores pesquisas, o argumento já conta com um número razoável de evidências.⁵⁹

Para começar, as estatísticas do comércio exterior da Bahia na segunda metade do Oitocentos revelam um contraste marcante entre, de um lado, a estagnação e o declínio das exportações de açúcar e, do outro, o desempenho de outros gêneros de exportação. Por exemplo, as exportações de fumo conheceram um aumento de aproximadamente 155%: sua média anual, que fora de 7.110 toneladas no começo da dé-

⁵⁸ Ver a conclusão de Eisenberg. *The sugar industry*, p. 232: "Ao contrário de ex-escravos nas colônias plantacionistas do Caribe, o trabalhador livre no Nordeste não encontrou empregos alternativos depois da abolição" Mas Eisenberg também descreve a oferta de mão-de-obra livre nos distritos canavieiros da Zona da Mata como "superabundante" e sugere que, por isso mesmo, parte da população livre e pobre escapou ao trabalho permanente na indústria açucareira. A maioria dos autores citados na nota 7 concorda com Eisenberg sobre estes pontos

⁵⁹ Ver nota 9.

cada de 1850, já superava as 18.000 toneladas no **quinquênio** 1886-90. Em vários anos da década que se seguiu à **abolição**, a Bahia exportou mais de 30.000 toneladas de fumo. O comércio de café experimentou um crescimento até maior. Enquanto, entre 1851 e 1855, a Bahia exportou, em média, menos de 2.114 toneladas de café, em fins da década de 1880, a média das exportações ultrapassou o marco de 9.520 toneladas por ano; ou seja, as exportações baianas de café aumentaram em mais de 440% entre 1851-55 e 1886-90. O melhor ano para o comércio de café no século XIX foi 1898, quando a Bahia despachou para o exterior quase 23.000 toneladas. O cacau, mesmo na década de 1880, ocupava apenas um lugar secundário na pauta das exportações baianas, mas sua produção expandia-se rapidamente. As conseqüências dessa expansão tornar-se-iam visíveis depois de 1890, quando o cacau passou a ser o principal produto de exportação da Bahia. A maior parte do cacau baiano, entretanto, provinha não do Recôncavo, onde nunca chegou a ser uma cultura de **importância**, mas do litoral sul da Bahia. Porém, tanto o café quanto o fumo cultivavam-se no Recôncavo.⁶⁰

O café e o fumo representariam alternativas viáveis à cana-de-açúcar para os senhores de engenho do Recôncavo? Provavelmente não para aqueles cujas propriedades se achavam nos distritos canavieiros mais tradicionais da região, ao norte da Baía de Todos os Santos. Os solos argilosos e pesados de massapê eram considerados ideais para o cultivo da cana, mas não para o café nem para o fumo. Além disso, situavam-se nos distritos canavieiros mais tradicionais muitos dos maiores engenhos do Recôncavo. Os proprietários desses engenhos já tinham investido pesadamente no equipamento, maquinária e outras instalações necessárias para transformar a cana em açúcar. Uma idéia de seus investimentos pode ser dada pelo uso de máquinas a vapor: em

⁶⁰ Sobre as exportações de fumo, café e cacau depois de 1850, ver Barickman, *A Bahian counterpoint*, cap. 2; Bahia, ..., *A inserção*, vol. 4, p. 101, GB, FO, *Report for...* 1885-89 *on...* Bahia, p. 3; Jancsó, "As exportações", pp. 350-355, e Baud e Koonings, "Tobacco farmers", pp. 5, 11-15, 21-22. Durante a primeira metade do século XIX, o açúcar geralmente era responsável por 50% do valor das exportações baianas. Mas, no decênio 1871-80, a participação do açúcar caiu para 29,4%, enquanto o fumo e o café passaram a representar 47,7%. O fumo sozinho fornecia quase a terça parte (32,7%) do valor desse comércio. Barickman, *ibid.*, cap. 2; Ubiratan Castro Araújo e Vanda Sampaio de Sá Barreto, "A Bahia econômica e social" in Bahia, ..., *A inserção*, vol. 1, p. 52.

1873, dos 271 engenhos localizados nos municípios e freguesias ao norte da Baía, 210, ou mais de 70%, haviam instalado moendas movidas a vapor. Para os senhores de engenho, abandonar a cana para produzir café ou fumo significaria abandonar não só a cultura de exportação mais bem adaptada aos solos de suas propriedades, como também um investimento considerável na manufatura da açúcar. Tinham, portanto, razões sólidas para continuar a cultivar a cana-de-açúcar como sua única lavoura comercial. Por exemplo, no Engenho São Gonçalo, de José Maria de Gouveia Portugal, em São Francisco do Conde, a casa de moendas, com sua máquina a vapor e outros equipamentos, as casas de caldeiras e de purgar e as demais instalações foram avaliados, em meados da década de 1870, em mais de Rs. 20:500\$000 — ou seja, valiam 17 vezes mais do que um escravo masculino jovem de boa saúde e em idade de trabalhar no mesmo engenho. Proporcionalmente, o investimento na manufatura de açúcar era ainda maior no Engenho Dom João, localizado no mesmo município, propriedade de Francisco Vicente Viana. Lá, no começo de 1888, atribuiu-se à casa de moendas, que incluía uma máquina a vapor de “alta potência”, e às demais instalações usadas para beneficiar a cana, um valor de Rs. 34:280\$000. Essa quantia representava mais de 20% do valor bruto e 76% do valor líquido de todo o espólio de Viana. Não deve provocar surpresa que os inventários destes dois senhores de engenho indiquem que a cana era a única lavoura comercial cultivada em suas propriedades. Apesar das condições pouco alentadoras para o açúcar brasileiro no mercado mundial, para José Maria de Gouveia Portugal, Francisco Vicente Viana e outros senhores de engenho do Recôncavo tradicional, havia poucas alternativas à produção de açúcar nas últimas décadas do século XIX.⁶¹

⁶¹ *Estado da lavoura*. [Bahia], tabela B, sem pág. e p. 55; A&P (1875), vol. 36, p. 1394; invs. de José Maria de Gouveia Portugal (1875) e do Barão de Viana (1875), ambos in APEB, SJ, IT (Ver nota 1). As cifras sobre máquinas a vapor referem-se aos engenhos situados nas freguesias que heirivam a Baía de Todos os Santos, nos subúrbios de Salvador e nos municípios de São Francisco do Conde e Santo Amaro, nas freguesias de São Sebastião do Passé, Rio Fundo e Bom Jardim, nos mesmos municípios, e nas freguesias do Iguape e do Rosario, em Cachoeira (sendo que o inquérito de 1873 agrega as cifras referentes a estas duas últimas freguesias). Sobre os solos, o clima e outras condições agroômicas relativas à produção de cultivos específicos, ver Edward Cooper Haskins, “An agricultural geography of the Recôncavo of Bahia” (Doutorado, University of Minnesota, 1955), esp. caps. II e V; e Bahia, SEPLANTEC/CONDEB. *Estudos básicos para o projeto agropecuario do Recôncavo*, 8 vols.. [Salvador], s. ed., 1975, tomo I, vol. 1, esp. pp. 467-507.

Entretanto, o mesmo não era verdade no caso de proprietários e demais agricultores em outras partes do Recôncavo; estes, sim, puderam procurar, no café, no fumo e em outras lavouras, alternativas, viáveis ao cultivo exclusivo da cana. Para detectar essas alternativas, devemos seguir o conselho de Afrânio Raul Garcia e “descartar a idéia preconcebida de que a ‘monocultura da cana-de-açúcar’ impede a tentativa de implantação de outros cultivos comerciais”. Como Garcia demonstra em seu estudo sobre o brejo paraibano, a depender da “flutuação dos preços e [da] variação das condições ecológicas”, “nada impede (...) que várias explorações comerciais, simultâneas ou alternativas, tenham lugar” dentro de um engenho.⁶²

As observações de Garcia parecem aplicar-se aos engenhos e a outros estabelecimentos agrícolas do oeste e do sul do Recôncavo — isto é, dos distritos fora da zona mais tradicionalmente canavieira da região. Nesses distritos, uma série de fatores estimulava a experiência com o café e o fumo, entre os quais estava a qualidade do solo. São raros, no sul e no oeste do Recôncavo, os solos de massapê, que se consideravam ideais para o cultivo da cana. Predominam, na maioria das freguesias de Cachoeira, situadas a oeste da Baía de Todos os Santos, solos mais leves e mais arenosos, nos quais o fumo se adapta bem. Solos semelhantes também predominam nos municípios de Maragogipe e Nazaré, ao sul da baía. Além disso, em muitos pontos nesses dois municípios e em várias freguesias de Cachoeira, os cafeicultores em potencial podiam contar com a combinação favorável de solos, terrenos mais elevados e maior precipitação pluviométrica. Assim, proprietários e outros agricultores muitas vezes cultivam terras adequadas à produção do fumo ou do café ou, em alguns casos, dos dois.⁶³

Na primeira metade do século XIX, quando as condições no mercado mundial favoreciam o crescimento das exportações baianas de açúcar, a lavoura canavieira se expandiu nos municípios do oeste e do sul do Recôncavo. O número de engenhos nesses municípios aumentou de 38, em 1818, para talvez mais de 200, em 1860. Mas, precisamente

⁶² Afrânio Raul Garcia, Jr., *O sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*, São Paulo, Marco Zero; Brasília, EDUNB, 1989, pp. 25, 60-67 (pp. 60 e 62 para os trechos citados).

⁶³ Ver as fontes relevantes citadas na nota 60.

por ainda serem na maior parte recém-estabelecidos em meados do século, os engenhos destes distritos tendiam a ser maiores do que os dos distritos mais tradicionais ao norte da Baía de Todos os Santos.⁶⁴ Os engenhos do sul e do oeste de Recôncavo defrontaram-se, depois do fim do tráfico negreiro, com dificuldades cada vez maiores em adquirir escravos para aumentar os seus plantéis relativamente pequenos. Nestas circunstâncias, as culturas de exportação que exigiam menos mão-de-obra do que a cana, como o café e o fumo, ter-se-iam tornado cada vez mais atraentes para esses senhores de engenho — e ainda mais atraentes em vista do rápido crescimento da exportação desses produtos.

Mais uma vez, precisamente por ser a expansão da lavoura canavieira, em meados do século XIX, um fenômeno relativamente recente no sul e no oeste do Recôncavo, tendiam a ser menores os investimentos feitos em equipamentos e instalações para beneficiar a cana. Por exemplo, ainda em 1817, utilizavam-se máquinas a vapor em apenas três dos 103 engenhos de Maragogipe. Assim, os senhores de engenho em um município como Maragogipe estavam financeiramente menos comprometidos com a produção monocultural do açúcar do que os proprietários da zona canavieira mais antiga. Ainda menos comprometidos com o açúcar estavam os agricultores escravistas do sul e do oeste do Recôncavo que não possuíam seus próprios engenhos. Podiam participar da indústria açucareira como lavradores, entregando sua cana a um engenho vizinho que a beneficiaria a troco de uma parte do açúcar, mas nenhum investimento de porte os prendia ao cultivo da cana.⁶⁵

Além do mais, os proprietários e demais agricultores dessa área tinham à mão provas de que se podia cultivar com sucesso o fumo e o

⁶⁴ Um diagnóstico feito em 1846 revelou uma média de somente 21 escravos em 12 engenhos na Freguesia da Aldeia, em Nazaré. Delegado (Nazaré) para o pres. (5/7/1846) e anexos, APEB, SH. 6182. Sobre a expansão da lavoura canavieira e o número de engenhos, ver Barickman, *A Bahian counterpoint*, pp. 39-41. Como assinala Rebecca Scott, o fato de serem geralmente menores os engenhos estabelecidos em zonas canavieiras vai de encontro às tendências em outras partes das Américas, como Cuba, por exemplo; lá tendiam a ser maiores os engenhos nas zonas de expansão que se abriram no século XIX. Comunicação pessoal, set. de 1995.

⁶⁵ *Estado da lavoura*, [Bahia], tabela B, sem pág.: e (sobre os lavradores de cana na Bahia) Schwartz, *Sugar plantations*, cap. 11, Barickman, *A Bahian counterpoint*, caps. 5-6. Ver também o inquérito, realizado em 1846, dos engenhos da Aldeia, citado na nota 64, que não registra um engenho sequer movido a vapor

café. O fumo produzia-se pelo menos desde meados do século XVII na maioria das freguesias de Cachoeira. De fato, durante o período colonial, Cachoeira era responsável pelo grosso das exportações brasileiras do produto. Embora em menor escala, o cultivo de fumo também remontava ao período colonial em Maragogipe. Em contraste, o café representava um acréscimo mais recente à economia exportadora baiana. Introduzida no Recôncavo antes de 1810, sua produção expandiu-se rapidamente, durante a primeira metade do século, em Nazaré e Maragogipe e em várias freguesias de Cachoeira.⁶⁶

Finalmente, convém lembrar que os engenhos que mais sofreram com a “moléstia”, a praga que atacou a cana cultivada no Recôncavo no final da década de 1860, foram as propriedades localizadas em Nazaré e Maragogipe. Se não bastassem os outros motivos, os estragos provocados pela “moléstia” teriam incentivado muitos senhores de engenho nesses dois municípios a experimentarem outras culturas de exportação.

As descrições de Cachoeira, Maragogipe e Nazaré que datam da segunda metade do século XIX raramente deixam de mencionar a produção de açúcar. Mas essas descrições também enfatizam que os três municípios eram os principais centros da lavoura fumageira e cafeeira no Recôncavo. De fato, a partir de 1850, o crescimento das exportações de fumo combinou-se com o desenvolvimento da manufatura doméstica de charutos e com o estabelecimento das primeiras fábricas de charutos em Cachoeira, favorecendo a expansão da produção do fumo no Recôncavo. Ao mesmo tempo, os agricultores de Maragogipe desenvolveram uma variedade superior de café, famosa por seu sabor, aroma e seus grandes grãos.⁶⁷

⁶⁶ Schwartz, *ibid.*, pp. 85-86 (sobre o fumo); Barickman, *ibid.* cap. 2 (sobre o fumo e o café).

⁶⁷ “Ver, por exemplo, Câm. de Nazaré para o pres. (13/12/1855), e *idem.* Resposta à circular sobre a produção, 1856, ambos in APEB, SH, 1367; *idem.* para o pres. (31/10/1887), BN-s/m, II-33, 33, 16; *Estado da lavoura*, [Bahia], pp. 52, 55, Diretores da Estrada de Ferro Tram-Road de Nazaré para o pres. (12/10/1876), APEB, SH, 4977, H. Mathéo para os Diretores da Estrada de Ferro Tram-Road de Nazaré (20/1/1885), APEB, SH, 4976; Câm. de Cachoeira para o pres. (15/9/1887), BN-s/m, II-33, 33, 36, Durval Vieira de Aguiar, *Descrições práticas da Província da Bahia...* 1888; Rio de Janeiro, Cátedra: Brasília, INL, 1979, pp. 238, 240-244; Vianna, *Memoria*, pp. 284, 286, 423, 453, 458, 507, 552. Ver também as estatísticas sobre o volume de açúcar, fumo, café e farinha transportado pela Estrada de Ferro Tram-Road de Nazare, entre 1877 e 1888 (com interrupções), in APEB, 4976, 4977, 4978 e 4979. Especificamente

Se a expansão do café e do fumo no Recôncavo, depois de 1850, se deu às custas da cana, podemos explicar, em parte, a estagnação e o declínio das exportações baianas de açúcar na segunda metade do século XIX. Já se dispõe de dados que apontam nessa direção. Por exemplo, o cônsul britânico em Salvador observou, em 1873, que, como consequência da “moléstia”, muitos “produtores de açúcar [*sugar planters*]” na Bahia estavam “voltando suas atenções para o café”. Sem dúvida, entre esses produtores de açúcar havia um bom número de senhores de engenho do sul e do oeste do Recôncavo. A cana-de-açúcar também parece ter perdido terreno para o fumo e o café nas freguesias tradicionalmente fumageiras de Cachoeira. Nelas, o número de engenhos mais do que duplicou nas primeiras décadas do século; mas, quando, a partir de mais ou menos 1850, as exportações de fumo experimentaram um crescimento renovado e o comércio de açúcar estagnou, freou-se a expansão da lavoura canavieira. De fato, diminuiu em mais de 50% o número de engenhos naquelas freguesias, entre 1842 e 1873. Mais do que isso, como observou um relatório do Imperial Instituto Baiano de Agricultura, a cana, no início da década, já não atraía mais os lavradores menos abastados que trabalhavam terras arrendadas a senhores de engenho. Segundo o relatório, aqueles “preferem... qualquer outra cultura [à cana], ainda que paguem a renda do terreno [em dinheiro], ou plantam apenas quanta cana basta para justificar o gozo dos pastos da propriedade e o usufruto do terreno plantado em fumo, mandioca e nos demais gêneros da economia doméstica”. Ora, desde os tempos coloniais, os lavradores de cana que, em sua maioria, cultivavam terras arrendadas aos senhores de engenho, constituíam um dos sustentáculos da indústria açucareira baiana; no começo do século XIX, detinham aproximadamente uma terça parte de todos os escravos empregados na produção de açúcar no Recôncavo. Em Pernambuco, os lavradores de cana continuavam, na segunda metade do século, a desempenhar um papel

sobre o fumo, ver também Baud e Koonings, “Tobacco farmers” Sobre a indústria de charutos e cigarros (também mencionada em várias fontes citadas acima), ver a nota 78. Sobre o café “Maragogipe”, ver, por exemplo, Manoel Jesuino Ferreira, *Provincia da Bahia: apontamentos*, Rio de Janeiro, Typ. Naval, 1875, p. 82. C. F. van Delden Laërne, *Brazil and Java. report on coffee-culture in America, Asia, and Africa...*, Londres, W. H. Allen; Haia, M. Nilhoft, 1885, pp. 322-333; e W. H. Ukers, *All about coffee*, New York, The Tea and Coffee Trade Journal Co., 1922, pp. 140, 345, 367

importante na indústria açucareira; a cana que cultivavam era responsável, talvez, pela metade do açúcar produzido nos engenhos daquela província.⁶⁸ Assim, não era um bom augúrio para a indústria açucareira do Recôncavo, no início da década de 1870, que, na Bahia, esses lavradores muitas vezes preferissem cultivar o fumo ou até a mandioca.

Mesmo naqueles engenhos e fazendas que não abandonavam completamente a cana, mas a combinavam com o fumo ou o café, a produção de açúcar teria sido menor do que nas propriedades que se dedicavam exclusivamente à cana. De fato, em meados da década de 1870, já se produzia o café conjuntamente com a cana nos municípios de Nazaré e Maragogipe e na Freguesia de Muritiba (Cachoeira), onde, segundo se observou em 1874, “os pequenos lavradores de cana já cultivavam promiscuamente o café”. Embora a questão exija pesquisas mais aprofundadas, já se pode citar exemplos de senhores de engenho do oeste e do sul do Recôncavo que também produziam café. Entre eles estava Manoel Caetano de Oliveira Passos, que, em 1873, mantinha 73 escravos em seu Engenho do Rio da Areia, em Cruz das Almas, uma freguesia vizinha a Muritiba, no Município de Cachoeira. Aqueles escravos trabalhavam não só nos canaviais, como também em um cafezal de 5.000 pés que Passos mandou plantar numa fazenda anexa ao engenho. Também se cultivava o café, em meados da década de 1870, no pequeno Engenho Bom Jardim, em Nazaré, que pertencia a D. Maria Luísa de Palma e seu marido. Quando se realizou um inventário da propriedade em 1874, deu-se ao equipamento de beneficiar café um valor 50% superior ao valor da moenda e demais instalações para o fabrico do açúcar.⁶⁹

Mas, por enquanto, o melhor exemplo das possibilidades de diversificação dentro de um engenho vem do inventário de D. Hilária Maria de Jesus. Quando morreu em 1857, deixou para sua única filha e princi-

⁶⁸ A&P (1874), vol. 33, p. 684; Barickman, *A Bahian counterpoint*, p. 41; “Relatório do Imperial Instituto”, p. 15; Eisenberg, *The sugar industry*, p. 192. Sobre os lavradores de cana na Bahia antes de 1850, ver nota 65.

⁶⁹ *Estado da lavoura*, [Bahia], p. 55; invs. de Manoel Caetano de Oliveira Passos (1873) e de Maria Luísa de Palma (1862), ambos in APEB, SJ, IT. Ver também os invs. de Francisco Pinheiro de Souza (1862) e de Manoel Hígino de Jesus (1868), ambos in APEB, SJ, IT; e H. Mathéo para os Diretores da Estrada de Ferro Tram-Road de Nazaré (20/1/1885), APEB, SH, 4976.

pal herdeira o Engenho Mocambo, situado em Maragogipe, e seu plantel de 20 escravos. As anotações deixadas pelo inventariante de D. Hilária indicam que o engenho produziu 416 arrobas (6.134 kg) de açúcar e 26 cargas de rapaduras entre o começo de 1857 e os últimos meses de 1860. No mesmo período, o engenho também produziu e vendeu 151 arrobas (2.227 kg) de fumo, 171 arrobas (2.522 kg) de café e 259 alqueires (9.393 litros) de milho. Quando o inventariante fechou as suas anotações de despesas em outubro de 1860, o Engenho Mocambo tinha 25.000 covas de mandioca prestes a serem desmanchadas. Desde que as condições fossem favoráveis, essas 25.000 covas renderiam não só toda a farinha necessária para alimentar a única filha de D. Hilária e os seus 20 escravos durante um ano inteiro, mas também um excedente comercializável de 400 alqueires (14.508 litros). Desta maneira, o inventário demonstra que, dentro dos limites de um engenho, era possível combinar a produção comercial de gêneros alimentícios, como o milho e a farinha, para mercados locais, com o cultivo de mais de uma lavoura de exportação como estratégia alternativa à monocultura da cana-de-açúcar. E aqui deve-se lembrar que, na época, Salvador constituía, depois do Rio, o segundo mercado urbano do Brasil.⁷⁰

Como senhora de engenho, D. Hilária Maria estava longe de se igualar, em termos de riqueza ou prestígio social, aos proprietários aristocráticos que possuíam engenhos nos distritos canavieiros mais tradicionais do Recôncavo. Mas, de certa forma, como resultado da diversificação da produção comercial, sua propriedade estava melhor preparada para lidar com a crise crescente nas exportações baianas de açúcar do que os grandes engenhos do outro lado da Baía de Todos os Santos, que continuavam a cultivar a cana como sua única lavoura comercial.

Na segunda metade do século XIX, a produção de fumo e café para a exportação e de gêneros alimentícios, como a farinha de mandioca, para mercados locais, também abria alternativas a um considerável segmento da população livre e pobre do Recôncavo — alternati-

⁷⁰ Inv. de Hilária Maria de Jesus (1857), APEB, SJ, IT. Ver Barickman, *A Bahian counterpoint*, pp. 163-164, 236 (para o método utilizado para calcular o excedente comercializável); e, sobre o mercado de Salvador, *ibid.*, cap. 2; e Mattoso, *Bahia: a Cidade*.

vas ao trabalho nos canaviais e casas de moendas dos engenhos da região, onde escasseava, cada vez mais, a população escrava.⁷¹

Embora as pesquisas históricas no Brasil dêem, via de regra, pouca atenção aos pequenos e médios lavradores, estes parecem ter tido um papel importante tanto na produção de culturas de exportação, como no abastecimento de mercados locais na Bahia, na segunda metade do século XIX. Era certamente esse o caso da lavoura fumageira, de fato uma cultura ideal para o pequeno agricultor que dispunha apenas de seus próprios braços e do trabalho de seus familiares. Como Francisco Varnhagen observou em um estudo sobre o fumo na Bahia, publicado em 1863, “A indústria do tabaco é de todas as entretropicais a que requer menos capitais”. E, demonstrando sua familiaridade com distritos fumageiros do Recôncavo, acrescentou que

O pobre que não tem mais que um rancho por ele feito, de parede de sapapo e coberto de sapé, e com uma pouca de terra que lhe deram ou aforrou, para a sua roça de mandioca, possui já quase tudo quanto basta para ser cultivador de tabaco e vir a concorrer com um pequeno contingente para o aumento das riquezas de exportação do país.⁷²

Além de indicar que se podia cultivar o fumo até em terrenos de tamanho muito reduzido, Varnhagen aludiu a uma outra vantagem que esta cultura de exportação tinha para pequenos lavradores familiares: como

⁷¹ A produção agrícola para a exportação e para mercados locais por pequenos lavradores pressupõe o acesso destes à terra. Ainda faltam estudos sobre a distribuição da propriedade fundiária no Recôncavo e sobre possíveis mudanças no regime fundiário e no acesso à terra nas últimas décadas do século XIX. Sabe-se ainda menos sobre a distribuição da propriedade na maioria das outras áreas da Bahia. Contudo, ver Barickman, *ibid.*, cap. 5, sobre a distribuição da propriedade fundiária no Recôncavo em meados do século, a presença de pequenos e médios proprietários e a existência de matas (e portanto terras não cultivadas) dentro da região e de uma fronteira agrícola além dos limites do Recôncavo. Ver também Jules Jacques Sonnevile, “Os lavradores de fumo: Sapeaçu-BA, 1850-1940” (Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 1982) e Baud e Koonings, “Tobacco farmers”, os quais trazem alguns dados sobre a distribuição da propriedade fundiária nos distritos fumageiros na década de 1850 e em 1920, respectivamente. Ver também as matas extensas que constam do mapa do Recôncavo elaborado por Theodoro Fernandes Sampaio: *Carta do Recôncavo da Bahia*, 1899; Salvador, s. ed. 1928.

⁷² F[rancisco] A[dolfo] de Varnhagen, *O tabaco na Bahia...*, Caracas, s. ed. 1863, reimpresso in Leopoldo Cesar Burlamaque, *Manual da cultura, colheita e preparação do tabaco*, Rio de Janeiro, Typ. Industria Nacional de Cotrim P Campos, 1865, pp. 98, 101-102.

conseqüências das práticas agrícolas adotadas no Recôncavo na época, ela era completamente compatível com a produção de farinha de mandioca, tanto para satisfazer as necessidades domésticas, como para ser comercializada em mercados locais. De fato, na segunda metade do século XIX, na medida em que a produção de fumo na Bahia se tornava cada vez mais associada a pequenos lavradores familiares, ela ganharia uma reputação duradoura de “lavoura de pobre” e “lavoura de quintal”.⁷³ Tornou-se tão forte essa reputação que alguns historiadores foram levados a concluir que a mão-de-obra escrava esteve ausente da lavoura fumageira no século XIX. Esses historiadores deixaram de notar que os lavradores de fumo mais abastados do Recôncavo continuavam a empregar escravos em suas fazendas e sítios, mesmo na década de 1880.⁷⁴

O café, embora geralmente considerado uma cultura de *plantation* no Brasil, também se adaptava bem à pequena produção familiar. E, tal como o fumo, podia se combinar com a produção de farinha de mandioca e outras lavouras de subsistência, tanto para o consumo doméstico como para a venda ou para ambos. De fato, no Recôncavo, onde as grandes fazendas de café eram exceção, o café era cultivado principalmente por pequenos produtores. Assim, em 1874, um relatório especial sobre a agricultura na Bahia descreveu o café como uma lavoura “explorada por pequenos proprietários e homens livres” — onde “homens livres” presumivelmente significava agricultores pobres que não possuíam terras próprias. Dez anos depois, em 1884, George Stevens, o cônsul britânico em Salvador, chamou a atenção para a presença de “pequenos lavradores” entre os cafeicultores baianos. Muitos deles, segun-

⁷³ *Ibid.*, Manoel Pinto da Rocha para o pres. [26/12/1857]. APEB, SH. 4631, A&P (1877), vol. 35, p. 1185; *Estado da lavoura*. [Bahia], pp. 52-53; “Relatório do Imperial Instituto”, p. 15; Bahia. *Falla* (1872, Freitas Henriques), p. 139; Vianna. *Memoria*, p. 282; Barickman, *A Bahian counterpoint*, pp. 182-184 (sobre as práticas agrícolas). Ver também Scott, “Defining the boundaries”, p. 97. Talvez o melhor estudo sobre o fumo e os lavradores de fumo na Bahia nas últimas décadas do século XIX e no começo do século XX seja Baud and Koonings, “Tobacco farmers” Para a classificação do fumo, no século XX, como “lavoura de pobre”, ver, por exemplo, Francisco Borges de Barros, *Esboço chorographico da Bahia*, Bahia, IOE, 1917, p. 78; e Walter Alberto Egler, “Aspectos gerais da cultura do fumo na região do Recôncavo da Bahia”, *Boletim Geográfico*, 10: 111 (1952), p. 681

⁷⁴ Ver, por exemplo, Melo, *O Norte agrário*, p. 23; e Mattoso, *Bahia, uma província*, p. 463. Sobre a presença da mão-de-obra escrava nas fazendas e sítios de fumo na segunda metade do século XIX, ver Barickman, *A Bahian counterpoint*, pp. 150, 233.

do Stevens, eram “posseiros que, na sua maioria, (...) não pagam a renda da terra e trabalham-na por conta própria”. Acrescentou que “esses posseiros (...) preferem o café a qualquer outro ramo [da agricultura] por ser relativamente mais fácil”. A preferência pelo café entre esses lavradores, o que, do ponto de vista do cônsul, provava que eram “naturalmente preguiçosos e indolentes”, teria, na verdade, sido racional, dado o número limitado de braços disponíveis a pequenos lavradores familiares. De qualquer maneira, Stevens reconheceu que o número de pequenos cafeicultores aumentava na Bahia e que a sua produção em grande parte mantinha em níveis elevados o volume das exportações baianas de café.⁷⁵

Se o café era, no século, um acréscimo relativamente recente à paisagem rural do Recôncavo, a mandioca era cultivada desde os tempos pré-cabralinos. Da mandioca produzia-se a farinha, uma das bases principais do regime alimentar baiano no período colonial e no século XIX. Embora, na segunda metade do século XVIII e no início do Oitocentos, os lavradores de mandioca muitas vezes possuíssem um ou dois escravos, este cultivo sempre foi considerado uma das atividades de menor prestígio social da economia do Recôncavo, freqüentemente associado às camadas mais pobres da população livre. A produção de farinha para abastecer Salvador e outros mercados locais era completamente viável para um lavrador que só contasse com a mão-de-obra familiar e que apenas tivesse acesso a um pequeno terreno. Julius Naeher, alemão que passou uma temporada no Recôncavo na década de 1870, reconheceu essa possibilidade. Notou que, na região, um lavrador podia arrendar três tarefas de terra (1,3 ha) por Rs. 10\$000 e, da venda da farinha, podia tirar uma renda (bruta) de Rs. 900\$000 ao ano.⁷⁶

⁷⁵ *Estado da lavoura*, [Bahia], p. 55; *A&P* (1884), vol. 35, p. 1599; *Ibid.* (1884-85), vol. 35, p. 1642; Vianna, *Memoria*, p. 284; Baud e Koonings, “Tobacco farmers”, pp. 12-13. Sobre a flexibilidade do café e sua compatibilidade com os cultivos de subsistência, ver William Roseberry, “Introduction” in William Roseberry, Lowell Gudmundson e Mario Samper Kutschbach (orgs.), *Coffee, society and power in Latin America* (Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1995), pp. 5-10; e Verena Stolcke, “The labors of coffee in Latin America: the hidden charm of family labor and self-provisioning”, *ibid.*, pp. 65-93, esp. pp. 81-85.

⁷⁶ Julius Naeher, *Land und Leute in der brasilianischen Provinz Bahia*, Leipzig, Gustav Weigel, 1881, p. 204; Bahia, *Falla* (1872, Freitas Henriques), p. 139, *A&P*, 1884-5, vol. 35, p. 1642; Barickman, *A Bahian counterpoint*, caps. 6-7 (sobre os lavradores de mandioca no fim do período colonial e na primeira metade do século XIX). Ver também Scott, “Defining the boundaries”, p. 97; e os estudos sobre a produção comercial de farinha por pequenos lavradores no Recôncavo da segunda metade do século XX: Eduar-

Foi talvez João Antônio de Araújo Freitas Henriques, presidente da província em 1872, quem melhor percebeu a relação entre a persistência do trabalho escravo nos engenhos baianos e a produção de fumo, café e gêneros alimentícios em pequena escala. Chamou a atenção para o fato de ser escasso o uso de braços livres nos engenhos e fazendas da Bahia, mas explicou: “Não se faça daí culpa aos nossos lavradores”. O problema, segundo Henriques, achava-se no “elevado salário, que exigem os trabalhadores”; e, o que talvez seja mais importante, “muito poucos” queriam se engajar nos serviços agrícolas. Acrescentou que, se houvesse “abundância” de trabalhadores livres, nenhum proprietário deixaria de contratá-los. Ele observou ainda que, “além disso há na nossa lavoura ramos que se têm por sua natureza constituído a ocupação da gente livre... como sejam a plantação do fumo, dos cereais e do café”.⁷⁷ Faltou a Freitas Henriques apenas um pequeno passo para deixar explícito o nexos: capaz de se sustentar com certa independência através da produção de fumo, café e farinha, um segmento substancial da população livre e pobre do Recôncavo rural podia evitar o trabalho assalariado e semi-assalariado permanente nos canaviais e nos engenhos da região.

A economia baiana também oferecia a homens e mulheres livres e pobres, a maioria negros e mestiços, outras alternativas para o trabalho permanente na cana. Podiam, por exemplo, empregar-se nas fábricas e oficinas de charutos que se estabeleceram em Cachoeira, São Félix e Maragogipe na segunda metade do século XIX, ou na indústria têxtil que se desenvolveu na Bahia a partir de 1850.⁷⁸ Surgiu também,

do Lacerda Ramos, “Relações entre o crescimento industrial e o desenvolvimento agrícola da região fumageira da Mata Fina - industrialização da mandioca” (Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 1972); William Staver Saint Jr., “The social organization of crop production: cassava, tobacco and citrus in Bahia, Brazil” (Doutorado, Cornell University, 1977); e Sylvania dos Reis Maia, “Dependency and survival of Sapeaçu small farmers-Bahia, Brazil” (Doutorado, Boston University, 1985).

⁷⁷ Bahia, *Falla* (1872, Freitas Henriques), p. 139, que também assinala como alternativas os serviços dos transportes, as atividades urbanas, etc. Ver também Manoel Pinto da Rocha para o pres. (26/10/1857). APEB, SH, 4631

⁷⁸ José Epifânio Meireles, “Esboço descritivo da Cidade da Cachoeira” (1866). BN, s/m, II-3, 3, 31. Câm. de Cachoeira para o pres. (15/9/1887). BN, s/m, II-33, 33, 36; Silza Fraga Costa Borba, “Industrialização e exportação do fumo na Bahia, 1870-1930” (Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 1975), pp. 35-54; Bahia, *Falla* (1851, Gonçalves Martins), p. 54 (sobre o fabrico artesanal de charutos como uma indústria doméstica); Idem, *Falla* (1872, Freitas Henriques), p. 139; *A lavoura da Bahia: opusculo agrário-político por um veterano da independência e da lavoura*. Bahia, s. ed., 1874,

sobretudo após 1890, a alternativa de se migrar para o litoral do sul da Bahia, onde a expansão da lavoura cacaueteira transformava rapidamente o que até então tinha sido uma região de fronteira. Não se sabe a magnitude da migração do Recôncavo e de outras áreas da Bahia para a região cacaueteira.⁷⁹ Mas, para as camadas pobres da população baiana, os níveis salariais fizeram das fazendas de cacauete um destino muito mais atraente do que os canaviais do Recôncavo. Um relatório oficial, publicado em 1922, revelou que, tanto em 1912 como em 1921, o salário médio de um “trabalhador agrícola” era 30% maior na zona cacaueteira do que no Recôncavo. Os produtores de açúcar, não obstante, continuavam a queixar-se do alto custo da mão-de-obra e de sua escassez; também alegavam que eram pouco confiáveis os trabalhadores empregados na indústria açucareira. Do mesmo modo, no início do século XX, o cônsul britânico em Salvador informou aos superiores em Londres que, na Bahia, “a mão-de-obra (...) [era] difícil de se obter e (...) cara”.⁸⁰

A partir do que até aqui foi apresentado, não seria de maneira alguma correto concluir que toda a população livre, pobre e negro-mes-

pp. 13-14; José Luiz Pamponet Sampaio et al., “Algodão e têxtil na Bahia”, in Bahia, ..., *A inserção*, vol. 2, pp. 200-235. Ver também Scott, “Defining the boundaries”, p. 97. Convém notar que, antes de 1888, também se empregava a mão-de-obra escrava nas oficinas e fabriquetas que beneficiavam e ensacavam o fumo. Ver o inv. de Joaquim Martins de Oliveira (1880). APEB, SJ, IT

⁷⁹ São surpreendentemente escassos os estudos aprofundados, baseados em pesquisas de arquivo, sobre o desenvolvimento da lavoura cacaueteira na Bahia. Talvez o estudo mais bem documentado seja a tese recente e ainda inédita de Mary Ann Mahony, “The world cacao made: society, politics, and history in Southern Bahia, Brazil, 1820-1919” (Doutorado, Yale University, 1996). Igualmente, há muito que a historiografia sobre a Cidade do Rio de Janeiro destaca o impacto de migrantes baianos, inclusive ex-escravos, sobre a cultura carioca no fim do século XIX e início do século XX. Ver, por exemplo, Roberto Moura, *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Sec. Municipal de Cultura, 1995), esp. pp. 19-44; e Eduardo Silva, *Prince of the people: the life and times of a Brazilian free man of colour*. Londres, Verso, 1995, pp. 48-50, 60-63. Mas pouco se sabe sobre o volume e a cronologia da migração baiana para o Rio.

⁸⁰ Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Diretoria do Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas, *Aspectos da economia rural brasileira*. Rio de Janeiro, Villas Boas & Co., 1922, p. 473; Abílio Moncorvo da Silva Pinto, *These inaugural apresentada à Escola Agrícola da Bahia* [“A rotina permanente e a falta de braços na agricultura da Bahia”], Bahia, Imprensa Popular, 1898, pp. 54-57; Abreu, *Alguns aspectos*, p. 68; Adrião Caminha Filho, *A cana de açúcar na Bahia...*, Bahia, 1944, pp. 33-36; GB, FO, *Report for... 1900 on... Bahia*, DCR, nº 2696 London, HMSO, 1901, p. 8; Idem, *Report for... 1912 on... Bahia*, DCR, nº 5076 London, HMSO, 1913, p. 3. Ver também Scott, “Defining the boundaries”, pp. 95-96 n. 82, que observa: “Claro está que aquilo que os ex-senhores de escravos percebiam como uma mão-de-obra ‘cara’ talvez não implicasse em salários realmente altos”

tiça do Recôncavo rural teria conseguido uma subsistência mais ou menos independente e dessa maneira evitado o trabalho assalariado ou semi-assalariado. Não era certamente esse o caso dos baianos pobres que se empregavam nas fábricas de charutos e de tecidos ou que migravam para a região cacaueira para lá se tornarem “trabalhadores agrícolas”. Também seria incorreto retratar o Recôncavo rural do fim do século XIX como uma região habitada sobretudo por um campesinato próspero e contente, que tivesse encontrado no fumo, no café ou na mandioca o caminho do bem-estar. Tudo indica que, tanto antes quanto depois de 1888, a grande maioria dos baianos rurais vivia na pobreza e, às vezes, na miséria. Do mesmo modo, o material disponível não nos permitiria concluir que, antes de 1888, homens e mulheres livres e pobres, como trabalhadores assalariados, estivessem ausentes dos canaviais do Recôncavo ou que não fizessem outros tipos de trabalho remunerado na economia rural da região. Pelo contrário, os assalariados, sem dúvida alguma, faziam serviços de campo nos engenhos baianos e em outros estabelecimentos rurais antes de 1888. Seus nomes aparecem nas anotações dos inventários de senhores de engenho citados neste artigo, como também, algumas vezes, em processos judiciais e em outras fontes.⁸¹ E não é preciso dizer que tais trabalhadores se tornariam ainda mais numerosos depois de 1888. Embora o assunto exija maiores pesquisas, a documentação sugere que, antes de 1888, um segmento substancial da população livre e pobre encontrou alternativas viáveis ao trabalho assalariado e semi-assalariado na indústria açucareira da região. Como resultado, os senhores de engenho do Recôncavo — ao contrário dos proprietários da Zona da Mata pernambucana, — não puderam contar com uma força de trabalho livre barata, segura e abundante antes de 1888; e, por isso mesmo, continuaram a depender sobretudo da mão-de-obra escrava até as vésperas da abolição.

* * *

⁸¹ Ver, por exemplo, juiz de direito interino (Cachoeira) para o pres. (7/6/1879) e anexos, APEB, SH, 2282. Agradeço a Judith Allen por chamar a minha atenção para este documento.

“Está tudo desorganizado e num estado de confusão lamentável.” Foi assim que, numa carta de julho de 1888, o barão de Moniz Aragão, um rico senhor de engenho, descreveu o impacto da abolição em São Francisco do Conde. Em seguida, observou que os escravos recém-libertos pareciam acreditar que a terra, que antes trabalhavam como escravos, agora lhes seria dada “gratuitamente e sem retribuição alguma”. Isso, segundo o barão, equivaleria a nada menos que “o comunismo da propriedade”. Continuou observando que, desde a abolição, ninguém no município conseguia “plantar canaviais ou preparar a terra para qualquer outra cultura”. O barão ainda previu que “a penúria” e talvez “a fome” logo iriam se apoderar de São Francisco do Conde. Um ano depois, em maio de 1889, a câmara do mesmo município caracterizou o “resultado material” da abolição como “desastroso tanto para os espoliados [ou seja, os ex-senhores] como os beneficiados da Liberdade”. “Desastroso”, segundo a câmara, porque os escravos recém-libertos ainda não tinham aprendido a ser trabalhadores livres; vale dizer, recusavam-se a voltar a trabalhar nas condições que os senhores de engenho lhes queriam impor. Em outubro do mesmo ano, José Carlos de Carvalho, um funcionário do Ministério da Agricultura, percorreu, numa missão oficial, os principais distritos canavieiros do Recôncavo. No seu relatório, informou que estavam passando por uma “crise violenta”, que já se aproximava de um colapso quase total. “Centros de produção outrora opulentos”, escreveu, “acham-se amesquinçados, inativos e reduzidos à miséria”. Carvalho ainda acrescentou que “O desânimo já se espalhou por toda a parte e é de se esperar que, dentro de pouco, as fábricas e as culturas serão abandonadas”.⁸²

Estes comentários do barão de Moniz Aragão, da Câmara Municipal de São Francisco do Conde e de José Carlos de Carvalho atestam

⁸² Barão de Muniz Aragão para o pres. (10/7/1888) (com grifos no original) e Cãm. de São Francisco do Conde para o pres. (25/5/1889), ambos in APEB, SH, 1436; José Carlos de Carvalho, Relatório (20/10/1889), cópia enviada ao pres., APEB, SH, 4597. O desejo de adquirir terras e trabalhá-las por conta própria era comum entre os ex-escravos alheios no Brasil, como também em outras partes da América. Ver Ana Maria Lugão Rios, “Minha mãe era escrava, eu não!” negros e camponeses no Sudeste brasileiro, c.1890-c.1950” (comunicação apresentada ao XIX International Congress of the Latin American Studies Association, Washington, D. C., 1995); Ira Berlin e Phillip D. Morgan, “Introduction” in Berlin e Morgan (orgs.), “The slaves economy: independent production by slaves in the Americas”, número especial de *Slavery and abolition*, 12: 1 (1991), p. 23; Mintz, “Slavery and the rise of peasantries” Ver também Scott, “Defining the boundaries”, p. 92.

o declínio desastroso da produção de açúcar e a “desorganização do trabalho” que se seguiriam à abolição nos engenhos do Recôncavo ‘nobre’. Torna-se claro que muitos senhores não estavam nada preparados para adaptar o trabalho à extinção do regime servil.

Numa análise retrospectiva, os senhores de engenho baianos, por continuarem a empregar a mão-de-obra escrava e por não se prepararem para o fim inevitável da escravidão, talvez pareçam irracionais, ou tola mente míopes. Mas um juízo desse tipo, feito a partir da perspectiva do presente, deixa de levar em conta que, mesmo na década de 1870 e início da de 1880, os senhores da zona canavieira tradicional do Recôncavo ainda contavam com um número significativo de trabalhadores escravizados. Tal juízo também deixa de levar em conta aquilo que os senhores de engenho baianos não podiam prever: a seca de 1888-91, a queda forte dos preços internacionais do açúcar, a partir de mais ou menos 1880, e a perda do mercado norte-americano no final da década de 1890. Nem tampouco podiam antecipar a rapidez com que as condições políticas no Brasil sofreriam mudanças na década de 1870 e mais ainda na de 1880 — mudanças essas que permitiram a abolição imediata da escravidão em 1888. Na verdade, ainda em 1881, os proprietários de escravos, não só na Bahia, tinham motivos racionais para esperar que o regime servil ainda se mantivesse no Brasil até o fim do século e, talvez, até 1910. Ou seja, erraram em seu cálculo da longevidade política da escravidão. Mas seu erro não demonstra sua irracionalidade; atesta, antes, sua incapacidade de prever o futuro com certeza absoluta.⁸³

Como os senhores de engenho baianos, os fazendeiros de São Paulo também continuaram a depender sobretudo da mão-de-obra escrava no começo da década de 1880. Mas, ao contrário dos senhores de engenho da zona mais tradicional do Recôncavo, os fazendeiros paulistas cul-

⁸³ Ver Pedro Carvalho de Mello, “Aspectos econômicos da organização do trabalho da economia cafeeira do Rio de Janeiro, 1850-1888”. *Revista Brasileira de Economia*, 32: 1 (1978), pp. 19-67; e Robert W. Slenes, “Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da Província do Rio de Janeiro, 1850-1888”, in Iraci del Nero da Costa (org.), *Brasil: história econômica e demográfica* (São Paulo, IPE/USP, 1986), pp. 103-155; Idem, “The demography”, cap. V. Slenes e Mello enfocam a produção de café no Rio de Janeiro e em São Paulo e a essas duas províncias refere-se a maior parte de suas evidências sobre preços e produtividade da mão-de obra servil, etc. Contudo, dado que a abolição era uma questão de alcance nacional, seus argumentos são relevantes aqui.

tivavam café — um produto que, desde a década de 1830, era a principal exportação brasileira e que, nas últimas décadas do século XIX, contava com mercados externos em expansão. A riqueza gerada pelo café em São Paulo permitiu, a partir de mais ou menos 1886, a imigração subsidiada de milhares de europeus, que substituíram os escravos nas fazendas de café paulistas. E, graças à imigração subsidiada, a transição para o trabalho livre — embora viesse na última hora — não acarretou transtornos significativos na produção das fazendas de café paulistas. As condições desfavoráveis ao açúcar brasileiro no mercado mundial, que se tornaram ainda mais adversas na década de 1890, virtualmente eliminaram a possibilidade de se usar na Bahia a renda gerada pelas exportações de açúcar para financiar um programa comparável de imigração — fosse da Europa, fosse de outra parte do mundo. Além disso, o fracasso de experiências anteriores sugeria que os imigrantes europeus não se sujeitariam facilmente à rotina incessante e muitas vezes perigosa que, antes de 1888, caracterizara o trabalho nos engenhos baianos.⁸⁴

Defrontavam-se com problemas semelhantes os senhores de engenho da Zona da Mata de Pernambuco. Lá também, as tentativas de atrair imigrantes europeus fracassaram. Mas esses senhores de engenho podiam contar com o poder que extraíam de seu quase “monopólio” sobre a propriedade da terra e, intimamente ligado a esse “monopólio”, também com a gama reduzida de alternativas ao trabalho na indústria açucareira para a população livre e pobre da região. Aquela falta de alternativas não só acelerou a passagem da mão-de-obra servil ao trabalho livre antes de 1888, como também resultou numa transição que trouxe aos proprietários apenas “um mínimo de inconveniências”.⁸⁵ Na Bahia, ao contrário, existiam alternativas para o trabalho nos canaviais e os senhores de engenho

⁸⁴ Miguel Calmon du Pin e Almeida, *Memória sobre o estabelecimento d'uma companhia de colonização nesta provincia*. 1835; ed. facsimilar, Salvador, CEB/UFBA, 1985; “Proposta que faz Thomaz Geremoabo” [1857]. APEB, SH. 4606; Pang, *O Engenho Central*, pp. 49-50. A literatura sobre São Paulo é extensa. Ver, por exemplo, Emília Viotti da Costa, *Da senzala à colônia*, 2ª ed., São Paulo, Ciências Humanas, 1982; Verena Stolcke, *Caféicultura, homens, mulheres e capital (1850-1980)*, São Paulo, Brasiliense, 1986, pp. 17-94; Martins, *O cativo*; Thomas H. Holloway, *Immigrants on the land: coffee and society in São Paulo, 1886-1934*. Chapel Hill, University of North Caroline Press, 1980, cap. 3; George Reid Andrews, *Blacks and whites in São Paulo, Brazil, 1888-1988*, Madison, University of Wisconsin Press, 1991, caps. 2-3; e Machado, *O plano*.

⁸⁵ Eisenberg, *The sugar industry*, p. 225.

não puderam contar, antes de 1888, com uma força de trabalho livre abundante e barata. Por isso, poucas opções tinham além de continuar a usar principal e muitas vezes quase exclusivamente a mão-de-obra escrava. A existência daquelas alternativas também significava que não seria nada fácil reorganizar a rotina de trabalho nos engenhos do Recôncavo nos meses de plantio e de safra imediatamente posteriores à abolição — e ainda mais difícil em meio à seca severa que assolou o Recôncavo em 1888-91, e que arruinou as safras, mesmo naqueles engenhos onde os proprietários conseguiram contratar trabalhadores livres.⁸⁶

Os comentários feitos em 1888 e 1889 pelo barão de Moniz Aragão, pela Câmara Municipal de São Francisco do Conde e por José Carlos de Carvalho também dificilmente parecem conciliar com uma tendência forte na historiografia sobre o declínio da escravidão e a abolição no Brasil. Referindo-se especificamente à historiografia de São Paulo, Maria Helena Machado chama a atenção para essa tendência, quando nota que boa parte da literatura deixa de lado os transtornos e distúrbios, muitas vezes violentos, e a “fermentação social” que, naquela província, contribuíram para o desmoronamento do regime servil. Pelo contrário, tende-se a caracterizar a abolição “como mera coroação da vitória dos projetos mais reacionários, num fortemente controlado processo social, sob a liderança dos setores mais dinâmicos da cafeicultura paulista”. Assim, por focar sobretudo os resultados finais e não o processo em si, boa parte da literatura tende a enfatizar muito mais a continuidade do que a mudança ou ruptura.⁸⁷

⁸⁶ Bahia. *Relatório* (1889, Machado Portella), p. 157. A recuperação parcial e lenta da indústria açucareira baiana após 1891 sugere que, aos poucos, os senhores de engenho do Recôncavo e outros proprietários conseguiram estabelecer uma nova organização do trabalho em suas propriedades: e, sem dúvida, em algumas e talvez até em muitas propriedades, os senhores de engenho baianos empregavam sobretudo ex-escravos na década de 1890 e nos primórdios do século XX. Já no início da década de 1940, migrantes sazonais, vindos do sertão, aparentemente compunham uma parcela significativa da força de trabalho empregada nas usinas baianas. Ver Caminha Filho, *A cana de açúcar*, pp. 33-36, que descreveu os migrantes como trabalhadores pouco confiáveis e pouco produtivos, e ainda insistiu em que “o problema de fixação do trabalhador rural” era um dos maiores enfrentados pela indústria açucareira baiana. Deve-se, entretanto, notar que ainda permanecem um campo pouco explorado as relações de trabalho adotadas, depois da abolição, nos engenhos e usinas do Recôncavo. Mas ver Scott, “Defining the boundaries”, pp. 93-98.

⁸⁷ Machado, *O plano*, p. 18. Ver também Naro, “Revision”, pp. 68, 79-80; e Dean, “The Brazilian economy”, p. 704.

A ênfase na continuidade e na falta de mudança talvez seja até mais forte nos estudos sobre a passagem do trabalho escravo ao trabalho livre nas regiões açucareiras do Nordeste.⁸⁸ Embora esses estudos se baseiem, quase exclusivamente, em dados provenientes da Zona da Mata de Pernambuco, alguns autores insistem em falar de um modo mais genérico, em um processo gradual e relativamente fácil de transição nos engenhos em todo o Nordeste.⁸⁹

Porém, como já se viu neste artigo, as generalizações feitas a partir de pesquisas sobre a Zona da Mata pernambucana não se aplicam ao Recôncavo baiano. Na Bahia, as décadas que se seguiram ao fim do tráfico negreiro caracterizaram-se pela estagnação e declínio, a longo prazo, das exportações de açúcar. Naquelas mesmas décadas, os senhores de engenho dos distritos mais tradicionais do Recôncavo, ao contrário dos proprietários pernambucanos, não conseguiram incorporar um contingente crescente de mão-de-obra livre; pelo contrário, durante todo o período 1850-1888, continuaram a depender sobretudo da mão-de-obra escrava. Quando, finalmente, se promulgou a abolição em 1888, o fim do regime servil não só resultou na “desorganização do trabalho” nos engenhos, como também contribuiu para o colapso quase completo da indústria açucareira baiana, a qual, durante de mais de três séculos, servira como o principal sustentáculo da economia. Desse colapso, a produção de açúcar na Bahia jamais se recuperaria plenamente.

⁸⁸ Sobre este ponto, ver Scott, “Defining the boundaries”, p. 96.

⁸⁹ Ver, por exemplo, Andrade, “Transição”, 79-82; e Reis e Reis, “As elites agrárias”, pp. 314-318. Reis e Reis (p. 317) efetivamente notam o contraste nas exportações de açúcar entre a Bahia e Pernambuco. Argumentam que, na Bahia, “o declínio da produção de açúcar (...) deve ser atribuído antes ao surto algodoeiro causado pela Guerra Civil Americana do que à escassez de trabalho” (i.e., a uma escassez de mão-de-obra livre para a indústria açucareira). Mas o argumento não se sustenta. Por um lado, não explica por que as exportações baianas de açúcar continuaram a estagnar e diminuir depois do fim do “surto algodoeiro” provocado pela Guerra de Secessão nos Estados Unidos. Por outro, é impossível reconciliar o argumento com as informações disponíveis sobre o algodão na Bahia. Em 1868, o melhor ano para o comércio baiano de algodão depois de 1850, a província exportou somente 6,5 milhões de toneladas, menos da metade do volume exportado por Pernambuco no mesmo ano. E, mesmo em 1868, o algodão representou uma percentagem menor do valor total do comércio exportador baiano do que o açúcar. Além disso, desde meados do século XIX, a incipiente indústria têxtil na Bahia tinha dificuldades em garantir localmente o suprimento de matéria-prima e, portanto, regularmente importava algodão de outras áreas do Nordeste. Bahia, *A inserção*, vol. 4, pp. 121-122; Araújo e Barreto, “A Bahia”, p. 52; José Luiz Pamponet Sampaio et al., “Algodão e têxtil”, pp. 189, 196.

te. Embora muitas vezes ignorada na historiografia, a mudança brusca foi mais do que visível, em 1888 e 1889, para o barão de Moniz Aragão, os outros senhores de engenho que serviam como vereadores na Câmara Municipal de São Francisco do Conde e para José Carlos de Carvalho, quando ele percorreu os principais distritos canavieiros do Recôncavo. A ruptura com mais de três séculos de produção de açúcar baseada no trabalho escravo também teria ficado evidente para D. Luísa Flora Bulcão Viana, a viúva do proprietário do Engenho Dom João. Como resultado da abolição, ela viu, de um dia para o outro, diminuir em mais de 100% o valor líquido da sua meação. A ruptura também teria sido igualmente clara para Luís Rodrigues Dultra, no Engenho da Cruz; lá, como inventariante do barão de Iguape, teve de amargar com os minguidos resultados da safra desastrosa de 1888-89, na qual um dos maiores engenhos do Recôncavo produziu tão-somente 23.000 kg de açúcar — ou seja, menos de um décimo de sua produção anual na década de 1850.

Mas, em última análise, defrontamo-nos aqui com uma questão de poder: apesar de todas as suas pretensões aristocráticas, apesar de toda a sua influência na política local e regional, apesar de todos os amigos e parentes que ocupavam posições nos gabinetes e nos altos escalões da burocracia imperial e apesar de todos os seus títulos de nobreza,⁹⁰ os senhores de engenho baianos tinham, na verdade, pouco poder: e é a sua impotência que mais chama a atenção. Não tiveram, por exemplo, o poder necessário para barrar e reverter a tendência à estagnação e ao declínio da indústria açucareira na província, que, no início do século XIX, tinha exportado mais açúcar do que qualquer outra província brasileira. Também não tiveram poder suficiente para conduzir a seu próprio gosto, e sem maiores transtornos, a passagem do trabalho escravo ao trabalho livre dentro de suas propriedades. Nem tampou-

⁹⁰ Sobre a representação desproporcional da Bahia nos gabinetes do Império, ver José Munilo de Carvalho, *A construção da ordem. a elite política imperial*. Rio de Janeiro, Campus, 1980, pp. 104-106. Katia Mattoso ("Au Nouveau Monde", Annexes, pp. 390-400) conseguiu identificar 115 baianos que, durante o Império, foram agraciados com títulos de nobreza: dos 115, ela classifica 68 como proprietários rurais. Nem todos os 68 eram senhores de engenho com propriedades no Recôncavo. Mesmo assim, é provável que a lista de Mattoso subestime o número de senhores de engenho baianos com títulos de nobreza. Um exame rápido de sua lista revela vários que não constam (por exemplo, Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, João Maurício Wanderley, Egas Moniz Barreto de Aragão e Inocêncio Marques de Araújo Góes).

co tiveram o poder necessário para garantir que, nos dias e meses que imediatamente se seguiram à abolição, todos os seus ex-escravos voltassem fielmente para trabalhar nos canaviais, a troco de salários baixos, em vez de tentarem definir por si mesmos e em seus próprios termos os significados da liberdade.⁹¹

⁹¹ Toma-se aqui emprestada a expressão que constitui o subtítulo do livro de Hebe Maria de Mattos. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista - Brasil, século XIX*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.

Anexos

Tabela 1
A população escrava do Recôncavo, 1872-73:
resultados do censo de 1872 e da matrícula de 1872-73

Município	Nº de engenhos ^a	Censo ^b	Matrícula ^c	Diferença entre o censo e a matrícula (%) ^d
Salvador	41	16.362	16.908	+3,3%
Santo Amaro	128	11.120	14.505	+30,4
São Francisco do Conde	121	3.628	11.036	+211,6
Cachoeira	50	15.347	16.303	+6,2
Maragogipe	103	5.329	7.803	+48,9
Nazaré	108	8.404	7.770	-7,5
Jaguaripe	3	991	877	-11,5
Itaparica	0	3.292	1.229	-62,7
Abrantes e Mata de São João ^e	81	7.647	4.341	-40,9
Recôncavo	635	72.030	80.776	+12,1

Fontes: Brasil, ..., *Recenseamento da população do Brasil... no dia 1º de agosto de 1872*, "quadros gerais da população", sem pág.; idem, ..., *Relatório e trabalhos estatísticos apresentados... ao Ministro... do Império em 30 de abril de 1875*, "Provincia da Bahia. Quadro do número de escravos...", sem pág.; e, para o número de engenhos, *Estado da lavoura*, [Bahia], tabela B, sem pág.

^a Em 1873.

^b Os totais municipais mostrados na tabela foram calculados diretamente a partir dos "quadros gerais da população" das freguesias; diferem ligeiramente dos totais municipais dados ao quadro do censo que resumem os dados populacionais da província. Aqui, pressuponho que houve erros de agregação na hora de se compilarem os quadros provinciais.

^c Os totais mostrados foram calculados somando-se o número de escravos masculinos e femininos; diferem ligeiramente dos totais municipais na fonte. De novo, pressuponho que houve erros de agregação na hora de se compilarem os totais municipais.

^d Calculada como percentagem do total do censo.

^e A matrícula agrega as populações escravas destes dois municípios adjacentes.

Tabela 2
Populações escravas
de engenhos baianos, 1850-88

Décadas	Nº de engenhos	Nº de escravos ^a	Africanos como % de todos os escravos	Taxa de masc. ^b	Nº médio de engenhos (%)	
					por engenho	com 60 ou mais escravos
1850-59	16	1.193	51,3	169,9	74,6	62,5
1860-69	20	1.257	36,8	169,9	62,9	45,0
1870-79	24	1.466	18,3	124,4	59,2	41,6
1880-88	15	864	7,6	122,1	57,6	40,0
Total, 1850-88	^c	4.780	29,3	140,0	67,3	46,7

Fonte: Inventários *post-mortem*, APEB, SJ, IT e ARC, IT.

^a Os números incluem tão-somente escravos residentes em engenhos e em fazendas de cana adjacentes; portanto, excluem os escravos inventariados que moravam em fazendas de cana não adjacentes, em outras propriedades rurais, em Salvador, etc. Também excluem os ingênuos libertos pela Lei do Ventre Livre de 1871 e os escravos libertos pela Lei dos Sexagenários de 1885.

^b Tava de masculinidade: o número de homens para cada 100 mulheres.

^c 633 engenhos distintos, 75 observações.

Tabela 3
Mudanças no tamanho da população escrava de treze engenhos
do Recôncavo na segunda metade do século XIX

Nome do engenho e localização (freguesia e município)	Ano	Nº de escravos ^a	
Vitória (Iguape, Cachoeira)	1835	242	
	1871	156	
	da Ponta (Iguape, Cachoeira)	1835	233
		1864	101
		1872	150
1882		103	
Campina (Iguape, Cachoeira)	1835	101	
	1883	60	
São Gonçalo (Socorro, São Francisco do Conde)	1840	126	
	1878	71	
Santo Antônio (N. S. da Purificação, Santo Amaro)	1852	113	
	1875	77	
São Miguel (N. S. da Purificação, Santo Amaro)	1855	68	
	1876	41	
	1883	47	
São José do Açu (Iguape, Cachoeira)	1859	101	
	1868	93	
	1883	20	
Pitanga (N. S. da Purificação, Santo Amaro)	1871	136	
	1883	115	
Conde (N. S. da Purificação, Santo Amaro)	1871	107	
	1883	85	
Vitória (N. S. da Purificação, Santo Amaro)	1872	137	
	1882	85	
Laranjeiras (São Sebastião do Passé, São Francisco do Conde)	1872	39	
	1878	30	
Desterro (N. S. da Purificação, Santo Amaro)	1876	58	
	1883	53	
Botelho (N. S. da Purificação, Santo Amaro)	1876	44	
	1883	20	

Fonte: Inventários *post-mortem*, APEB, SJ, IT e ARC. IT (inclusive as listas de matrícula anexas aos inventários quando disponíveis); "Relação do número de Fogos... da Freguesia de Sant-Iago Maior do Iguape..." (1835), APEB, SH. 6175-1

^a Não inclui nem as crianças ingênuas libertas pela Lei do Ventre Livre de 1871, nem escravos libertos pela Lei dos Sexagenários de 1885.